

WE ACCELERATE BUSINESSES!

BRQ Digital Solutions



Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	10
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	14
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	15
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	27
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	28
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	29
1.10 Informações de sociedade de economia mista	35
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	36
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	37
1.13 Acordos de acionistas	38
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	39
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	40
1.16 Outras informações relevantes	41
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	42
2.2 Resultados operacional e financeiro	55
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	57
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	59
2.5 Medições não contábeis	61
2.6 Eventos subsequentes as DFs	68
2.7 Destinação de resultados	69
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	72
2.10 Planos de negócios	73
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	76
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	77
3.2 Acompanhamento das projeções	78

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	79
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	120
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	121
4.4 Processos não sigilosos relevantes	123
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	134
4.6 Processos sigilosos relevantes	135
4.7 Outras contingências relevantes	136
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	137
5.2 Descrição dos controles internos	138
5.3 Programa de integridade	141
5.4 Alterações significativas	146
5.5 Outras informações relevantes	147
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	148
6.3 Distribuição de capital	152
6.4 Participação em sociedades	153
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	154
6.6 Outras informações relevantes	155
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	156
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	162
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	163
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	166
7.4 Composição dos comitês	176
7.5 Relações familiares	179
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	180
7.7 Acordos/seguros de administradores	181
7.8 Outras informações relevantes	182
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	185

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	190
8.3 Remuneração variável	194
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	195
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	
8.6 Outorga de opções de compra de ações	200
8.7 Opções em aberto	201
8.8 Opções exercidas e ações entregues	202
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	203
8.10 Outorga de ações	204
8.11 Ações entregues	205
8.12 Precificação das ações/opções	206
8.13 Participações detidas por órgão	208
8.14 Planos de previdência	209
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	210
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	211
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	212
8.18 Remuneração - Outras funções	213
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	214
8.20 Outras informações relevantes	215
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	216
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	217
9.4 Outras informações relevantes	218
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	219
10.1 Descrição dos recursos humanos	220
10.2 Alterações relevantes	221
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	222
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	228
10.5 Outras informações relevantes	229
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	230

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	235
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	238
11.3 Outras informações relevantes	239
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	240
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	242
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	243
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	244
12.5 Mercados de negociação no Brasil	245
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	246
12.7 Títulos emitidos no exterior	247
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	248
12.9 Outras informações relevantes	249
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	250
13.1 Declaração do diretor presidente	251
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	252
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

“Oferecer um ambiente apaixonante para nossos feras e uma experiência encantadora para nossos clientes”

Há 30 anos no mercado criando a próxima geração de soluções digitais, a BRQ Digital Solutions se consolidou como líder e uma das maiores empresas de Transformação Digital do país. Tem como propósito acelerar os negócios de seus clientes com inteligência e tecnologia, de ponta a ponta. Materializa as estratégias dos clientes em soluções digitais de alto impacto para solucionar diversos desafios, que podem ser de Crescimento, Experiência, Eficiência ou demais Criticidades que os impeçam de alcançar todo o seu potencial de transformação. Apoia mais de 150 empresas em oito países, em todos os desafios de suas jornadas de transformação. Seus 3.000 colaboradores apaixonados por tecnologia atuam em anywhere office em mais de 350 cidades no Brasil e EUA.

Nossa linha do tempo:



A Companhia construiu uma forte reputação durante anos e tem em sua base de clientes as maiores empresas nacionais dos mais variados segmentos. Diversos institutos de pesquisas, revistas e quadrantes de mercado nos reconhecem como:

- Líder em 3 quadrantes de Transformação Digital do Estudo ISG Provider Lens pelo 3º ano consecutivo.
- Entre as Maiores e Melhores Empresas pela Exame e Valor.
- TOP 100 Open Corps e TOP 10 Serviços e Consultoria de TI pelo 100 Open Startups
- 2º lugar em Aplicações para o Setor Financeiro, segundo o IDC
- 3º lugar do setor Tecnologia e Software e Serviços, 1º em Inovação e pela Época 360; (1º em Inovação, 2º em Desempenho Financeiro e 3º em Pessoas)

1.1 Histórico do emissor

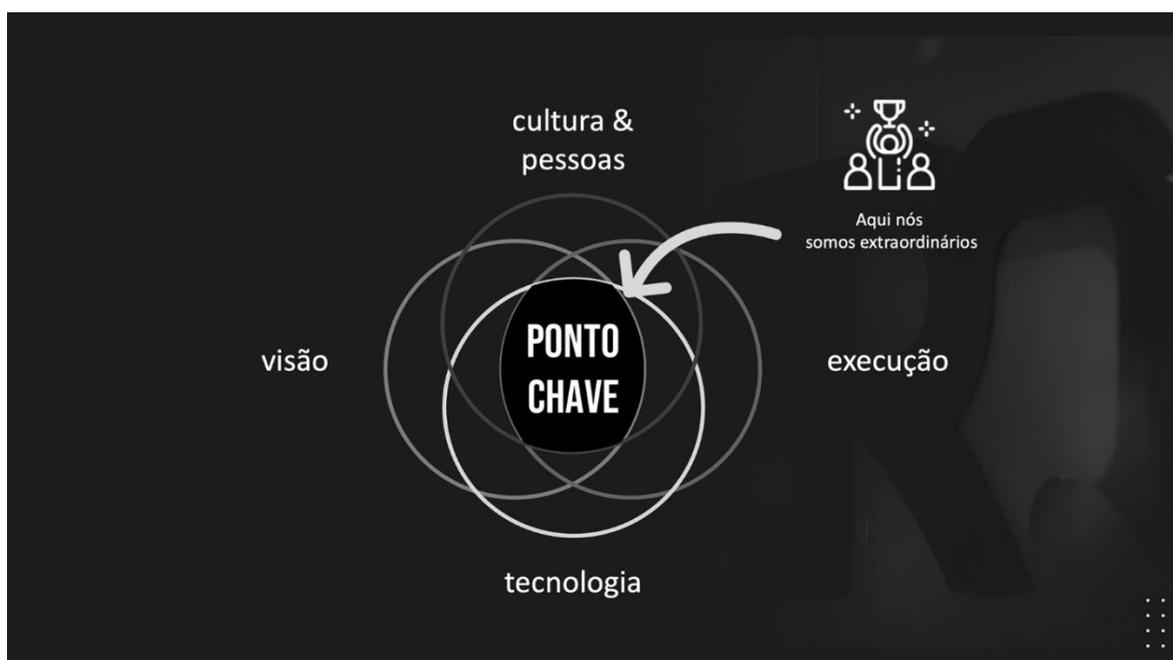
Nosso direcionamento estratégico tem 4 principais pilares que vão permear o ano de 2023:



Hoje, a BRQ é reconhecida no mercado por três diretrizes estratégicas:

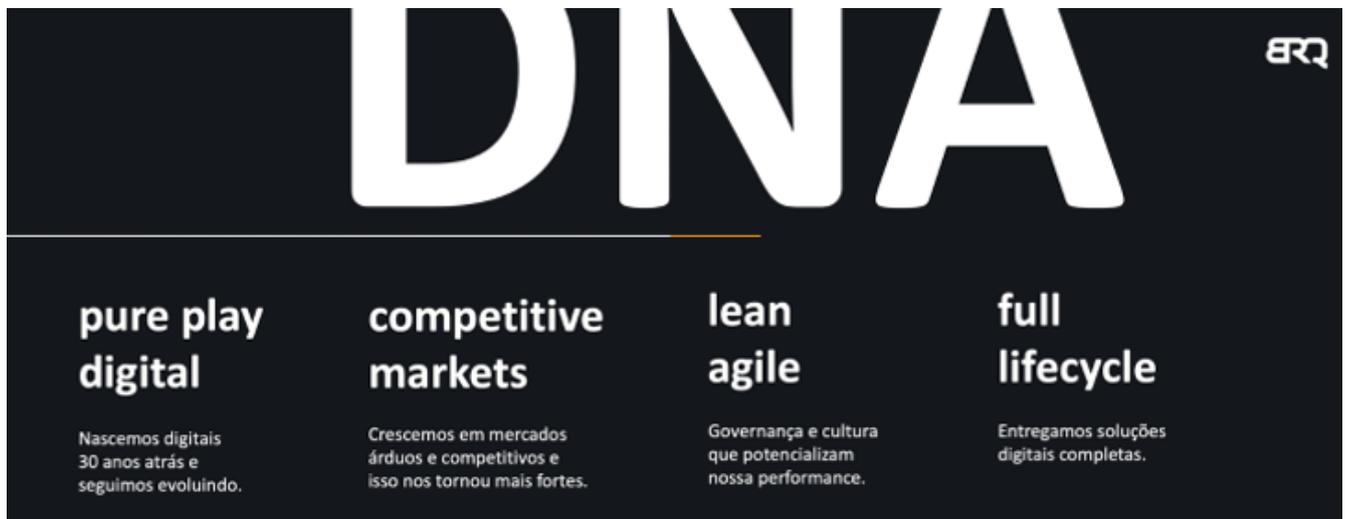
1. Aplicar as melhores tecnologias e metodologias
2. Ter os melhores profissionais
3. Entregar para seus clientes **O MELHOR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.**

Nossos fatores de sucesso são Visão correta, Cultura e Pessoas alinhadas e a melhor Tecnologia com uma perfeita Execução. Essa intersecção é o ponto-chave que buscamos em cada relação e onde acreditamos que conseguimos resultados extraordinários.



1.1 Histórico do emissor

Nossa gestão tem como pilar o **MINDSET LEAN**, baseado no respeito e focado no desenvolvimento de pessoas, resolução de problemas e geração de valor. Temos uma liderança flat, invertida e com menos níveis, liderança servidora e o conceito de cadeia de ajuda.



Na BRQ, cada fera é protagonista de sua jornada, e esse é apenas um dos motivos pelos quais a BRQ é destaque no GPTW (Great Place to work) e Glassdoor como uma das melhores empresas para trabalhar no país. Em 2022, a BRQ passou a integrar 4 rankings GPTW inéditos, ficando pela 1ª vez entre as Melhores do Brasil e entre as Melhores de Tecnologia para trabalhar. Foram mais de quatro mil empresas concorrendo na 26ª edição do Ranking GPTW Brasil. Apenas 3,75% foram premiadas e a BRQ está entre as 100 melhores empresas nacionais. Também se destacou entre as melhores empresas do Rio de Janeiro e Barueri.

Nosso BRQ Way

Além de promover a transformação para nossos clientes, criamos uma jornada de transformação para o profissional BRQ, que chamamos de Fera! Nossa cultura tem o diferencial de ser pautada nas metodologias ágil e lean, por isso, temos uma busca incansável pela melhoria nos processos, com incentivo ao desenvolvimento profissional e aprendizado contínuo. Baseados em nossos valores: Ética, Perenidade, Aprendizado, Paixão, Autonomia e Entrega, criamos um ambiente de colaboração, integração, respeito e inclusão com várias ações e programas estruturados para oferecer a melhor experiência ao nosso Fera BRQ.

Valorizamos a experiência do nosso profissional em todos os marcos de sua jornada. Nossa missão para cada Fera é ir além das expectativas de trabalho. É conectar, transformar e empoderar cada Fera para usar sua paixão transformando o mundo com tecnologia.

1.1 Histórico do emissor

BRQ WAY é o nosso jeito de cuidar das pessoas, dividido em 5 pilares principais:



1. Liderança:

Na BRQ utilizamos de práticas e filosofias que direcionam a estratégia da companhia de forma bem definida e transparente. Seguimos a premissa de People First, acreditamos que não há alcance de resultado e desenvolvimento de negócios se não colocarmos nossas pessoas em primeiro lugar. Trabalhamos com os conceitos de líder servidor e cadeia de ajuda, onde todos os líderes, incluindo o CEO, são facilmente acessados.

Esse ambiente de colaboração inclui a comunicação aberta e frequente entre os líderes e suas estruturas. A estratégia, os objetivos e as metas são implementadas e comunicadas a todos os níveis da organização. Garantimos isso com conversas mensais com toda a organização, pelo programa Juntos com a Liderança, programa que dá visibilidade aos profissionais do planejamento estratégico, objetivos da companhia e das unidades de negócio e permite que os profissionais conheçam os líderes das áreas e possam tirar dúvidas ao vivo. Outro programa que reforça a eficácia da liderança é o “Framework BRQ Evolution”, um conjunto de práticas referentes a 4 pilares centrais: Pilar de Agilidade & Lean; Pilar de Cultura e Pessoas; Pilar de Negócios e Produto; e Pilar de Engenharia e Arquitetura.

O Framework descreve a forma como construímos soluções digitais, gerenciamos projetos e geramos valor acelerando negócios. Isso é alcançado a partir de um modelo de trabalho apoiado em pilares de excelência e composto pelas melhores práticas que servem como um guia para a construção de squads de alta performance.

1.1 Histórico do emissor

2. Cultura:

Em nossa Cultura, zelamos por uma comunicação transparente, por transformar momentos em memórias, por oferecer equilíbrio e qualidade de vida e impactar positivamente a sociedade. Dentro do nosso BRQ WAY, temos o Programa Viver Mais, cuidamos da qualidade de vida dos profissionais na promoção de ações de saúde, bem-estar, parcerias e benefícios que possam incentivar o equilíbrio e apoiar no cuidado com a saúde física e mental. Além do Plano de Saúde, Odontológico, Seguro de Vida e Gympass, oferecemos: Telemedicina, Canal de Atendimento Psicológico 24 horas, Nutricionista On-line, Dentista On-line, Gestão de Crônicos e Acompanhamento de Senhas.

O conceito do People First é dar voz às pessoas, para que elas possam manifestar suas ideias, sugestões, críticas ou mesmo para orientações sobre as dúvidas do dia a dia. Para isso, criamos um espaço periódico onde os profissionais podem solicitar atendimentos seguros e sigilosos, em que promovemos a escuta ativa com o intuito de realmente apoiar o profissional. Também usamos outras pesquisas de termômetros para acompanhar o clima da companhia, no Pulse Organizacional o profissional pode responder diariamente como está se sentindo.

Temos a Pesquisa “Jornada Fera”, coletamos a percepção dos profissionais em diferentes marcos da jornada na BRQ, medida no 1º, 3º, 6º e 9º mês, até completar o 1º ano de empresa. Depois, o profissional recebe a cada 6 meses completados. Dessa forma, conseguimos medir o de satisfação do profissional desde a entrada e em toda a fase de adaptação até completar seu primeiro ano como Fera BRQ, e depois em todos os marcos. Com o “Anywhere Office”, reforçamos também o pilar de Saúde e Bem-estar proporcionando liberdade as profissionais, que podem trabalhar de onde quiserem (de acordo com o contrato de cada cliente). Hoje, temos profissionais em 26 estados brasileiros, 357 cidades e 3 países.

A BRQ também quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ESG (Environmental, Social and Governance) para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Diversidade é um fator importante na diferenciação e destaque da nossa cultura.

Temos os nossos “Grupos de Afinidade Roar”. Eles são as vozes dos nossos Feras e têm o objetivo de acolher os Feras dos grupos subrepresentados, conectá-los e promover discussões para a evolução do tema de diversidade na companhia. 30% dos Feras na companhia hoje fazem parte de algum grupo de afinidade. Atualmente são 3 grupos: Girls Roar (grupo de afinidade para mulheres), Black Roar (grupo de afinidade para pessoas pretas), Colorful Roar (grupo de afinidade para membros da comunidade LGBTQIAP+).

Nossos canais de comunicação incentivam uma comunicação transparente e um ambiente mais aberto e acolhedor. Nosso principal canal de comunicação é nossa rede social corporativa Workplace. Nela incentivamos a comunicação fluida, de mão-dupla (onde todo o profissional tem voz). A plataforma além de promover conexão (possibilidade de contatar qualquer pessoa diretamente, até o nosso CEO) e colaboração entre as pessoas e a empresa, além de acesso à métricas instantâneas para a tomada de decisão mais ágil. A nossa média de ativos na plataforma é de 97% e de ativos semanais é de 79%.

1.1 Histórico do emissor

Temos um calendário de ações para realização de campanhas em datas comemorativas ou de conscientização que promovem integração entre os profissionais e desconpressão. Ao todo, em 2022 fizemos 14 ações comemorativas (Aniversário BRQ, Dia da Família, Cine BRQ, BRQ Party, Dia do Fera, Dia do Orgulho Nerd, Dia do Pet, Happy Hour Feras, Valentine's Day, Halloween, Mês do Orgulho LGBTQIA+, Mês das Mulheres e Mês da Consciência Negra, Campanha Copa do Mundo).

Ao final das ações, aplicamos uma avaliação e a nota média foi de 9,8.

3. Reconhecimento:

Valorizamos e reconhecemos as entregas de excelência dos **nossos feras**. Mensalmente realizamos o reconhecimento dos profissionais na avaliação do Comitê de Aumento composto pelos executivos. Todas as propostas de movimentação de cargos e salários são avaliadas dentro dos pilares de Remuneração, Carreira e Controladoria.

Temos um Comissão Paritária de PLR que coordena a estruturação do programa de participação nos lucros e resultados anualmente, os representantes dos profissionais são eleitos por meio de votação aberta a todo time BRQ.

Temos um programa de incentivo e recompensa é o “Happy Hour Feras”, programa que visa o reconhecimento de entregas de sucesso dos times. Todas as equipes podem inscrever suas entregas, projetos e ações, e as inscrições depois são colocadas para votação em nossa plataforma de comunicação interna (Workplace). Os três primeiros times vencedores, ganham uma premiação para fazerem uma comemoração on-line. Os times podem escolher entre: vouchers individuais para o time, comprar um presente para sortear entre todos ou até contratar um artista para tocar num happy hour do time.

Em nossa plataforma de comunicação interna, o Workplace, centralizamos a divulgação dos nossos cases de sucesso. Em 2022, realizamos a premiação de cases de sucesso que impactaram diretamente e positivamente nossos clientes, promovendo a evolução de seus indicadores de sucesso. A premiação foi dividida em duas categorias: a primeira individual, para o líder que conseguisse a aprovação do cliente para a divulgação do cases nos canais de comunicação externos da BRQ, e a segunda foi um reconhecimento pra o time inteiro pelo resultado obtido.

A campanha teve como objetivos: gerar mais visibilidade a cases de impacto para o negócio do cliente e que servem como argumento de venda do produto ou serviço; reconhecer os Feras envolvidos no desenvolvimento da solução digital e na aprovação do case; e estimular o compartilhamento de experiências entre os profissionais BRQ.

Na primeira categoria, os ganhadores foram os líderes de projetos do Itaú, Locaweb e Aura.

Case 1 - Itaú - Recorde histórico de mais de 9 mil contas em 1 mês com biometria facial.

Case 2 - Locaweb - 30% menos reclamações nas jornadas de telas modernizadas.

Case 3 - Maior estruturação, visibilidade e segurança nos dados em projeto de Data Analytics para mineração.

1.1 Histórico do emissor

A segunda premiação, de reconhecimento do time inteiro, teve como vencedores:

Case Porto Seguro - Redução de 71% no prazo de emissão de apólices e faturamento de R\$11 M.

Case Locaweb - Menos 30% de reclamações nas jornadas de telas modernizadas.

Case B3 - 25 mil novos usuários com novo app do Tesouro Direto.

Foram mais de 20 projetos inscritos e, além de troféu especial, os vencedores receberam uma premiação em dinheiro.

4. Carreira:

O desenvolvimento dos Feras faz parte do nosso propósito de existir. Seja para mudar de carreira, se tornar um especialista, atuar em novos projetos ou até empreender, cada fera é protagonista do seu crescimento profissional. O desenvolvimento de carreira dos nossos colaboradores acontece em 4 frentes: Liderança (ser um líder Lean, desenvolvemos mentores que apoiam e impulsionam seus times), Carreira técnica (Tornar-se um especialista com alta capacidade técnica), Experiência Internacional (oportunidade de atuar em projetos North America e Empreendedorismo (Caso tenham sinergia com o nosso negócio, esses projetos podem ser acelerados pelo Innovation Hub e se tornarem startups spin-off da BRQ).

Para que os nossos Feras tenham mais informações que os ajudem na reflexão de qual caminho seguir, realizamos lives para falar de cada uma das Frentes de Desenvolvimento existentes. Nestas conversas, convidamos profissionais que seguiram por cada um dos caminhos para que eles pudessem compartilhar como foi a trajetória até atingirem os objetivos deles, inspirando os Feras na jornada na BRQ. Em 2022 realizamos 8 lives.

Outra opção que disponibilizamos para a carreira dos profissionais BRQ é o programa de Mobilidade Interna, todos os Feras têm acesso às vagas em aberto na companhia e podem participar dos processos seletivos internos, ampliando as chances de atuar em novos projetos e evoluir suas carreiras de acordo com os seus objetivos.

Também temos o programa de “Mentoria BRQ” para que profissionais com mais experiência e com uma carreira inspiradora possam compartilhar conhecimento e apoiar na jornada dos Feras que estejam precisando de um apoio.

5. Treinamento:

Nós acreditamos que cada Fera é um expert que pode ter o seu conhecimento impulsionado através de capacitações técnicas e comportamentais alinhados à cultura da empresa e à necessidade do negócio. Temos uma plataforma de treinamento gamificada, Level Up, por cada treinamento consumido o profissional acumula “moedas feras” e pode trocar por prêmios.

1.1 Histórico do emissor

Disponibilizamos treinamentos em plataformas on-line, como a Alura e Digital Innovation One e investimos na capacitação de funcionários com programas de treinamento e desenvolvimento sob medida. Em 2022, somamos 149.822 horas de treinamentos realizados, uma média de 37 horas de treinamento por colaborador.

Também fazemos mensalmente os Meetups BRQ, palestras com temas técnicos e comportamentais, conduzidos por nossos colaboradores ou por especialistas de mercado.

Incentivamos também o aprendizado de idiomas, os profissionais podem aprender gratuitamente inglês e espanhol na plataforma GoFluent.

Temos o “Programa de Incentivo à Certificação” (PIC), que oferece o reembolso do valor utilizado pelo profissional na obtenção de uma certificação para incentivar os nossos colaboradores a buscar novos conhecimentos e à constante atualização frente às principais certificações do mercado.

Acreditamos na tecnologia para criar soluções que transformam a realidade das empresas e impactam positivamente a VIDA DAS PESSOAS.

Para a BRQ, o **ESG** (do inglês ambiental, social e governança) vai além do cuidado com a governança e meio ambiente, o “s” é muito importante. A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho home office.

Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Os resultados alcançados pela Companhia em 2022 permitiram contribuir com à sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando de talentos em tecnologia, incluindo programa exclusivo para estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ESG para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2023, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

Conheça algumas de nossas ações:

1.1 Histórico do emissor



Diversidade, Inclusão e Liberdade

Em todas as nossas ações, buscamos promover um espaço para que todos e todas se sintam livres para serem quem são. A Companhia busca cultivar um ambiente de colaboração, respeito e diversidade. Onde cada um é livre para se desenvolver e se tornar a sua melhor versão. Em nosso Programa de Diversidade e Inclusão, temos o principal objetivo de fomentar e zelar por uma cultura inclusiva e diversa, humanizando todas as relações.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Como geramos valor para os nossos clientes

Nossa abordagem visa, principalmente, suportar as empresas na busca constante por inovação, eficiência e melhores resultados. Atuamos no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais. Nossa **PLATAFORMA DE SERVIÇOS END-TO-END** conta com capabilities que nos permitem atuar em todas as fases da jornada de transformação do cliente.



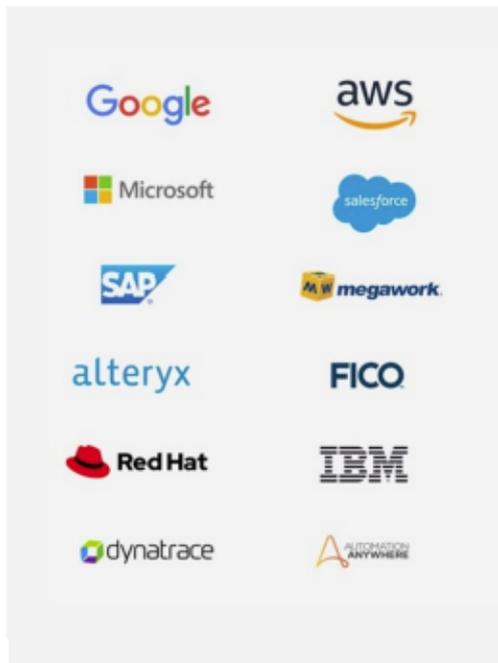
Entendemos o desafio e, com uma abordagem consultiva, iniciamos a construção da solução com as melhores e mais inovadoras tecnologias por meio dos nossos squads, formados por times multidisciplinares (developers, designers, analistas de negócios, e/ou arquitetos). Fazemos também o monitoramento e a evolução da solução, analisando a eficácia de maneira analítica para facilitar a tomada de decisão. E a evolução é incremental, com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.



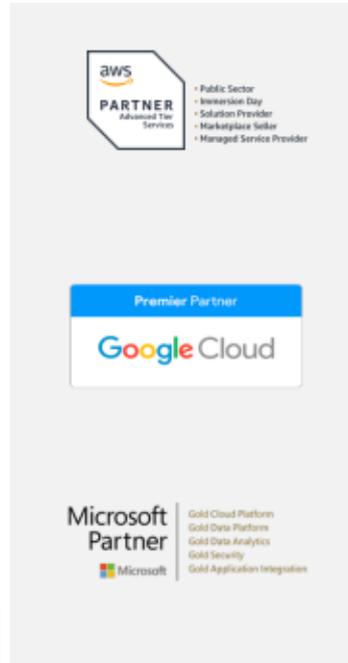
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A BRQ conta ainda com centros de excelência em UX, Mobile, Advanced Analytics, Intelligent Business Automation, Arquitetura de Referência, Cloud e Salesforce. Entre os serviços oferecidos estão Design, Cloud Migration, Data & Automation, Agile Engineering. Implementamos soluções usando aceleradores para reduzir o time-to-market por meio de Parcerias Estratégicas com grandes players como Google e AWS ou pelo nosso Innovation Hub (Centro de Inovação da BRQ). Nossos clientes contam com profissionais certificados nos mais altos níveis junto à parceiros como AWS, Google e Microsoft.

+30 Parceiros



Destaques



Soluções aceleradas



Construímos aplicações sob medida, assim como produtos e canais digitais, entre os serviços disponíveis estão: Inteligência Artificial & Big Data, Ciclo de Inovação, Design Thinking, Design de Serviços, User Experience, Transformação Ágil, Arquitetura, Blockchain, Cloud, DevOps, Integração SaaS, Células Ágeis entre outros. Estamos investindo em novas tecnologias para alavancar a estratégia frente à rápida evolução digital.

Um exemplo são as diversas frentes que criamos para absorver as novas possibilidades com uso das ferramentas de IA, incluindo **IA Generativa**, sendo capaz de destravar o máximo potencial dessas ferramentas, garantindo privacidade dos dados e geração de casos de uso responsáveis que vão desde Aceleração de desenvolvimento, melhora na experiência do usuário, geração de conteúdos em frentes de texto, áudio ou imagem e claro, obtendo análises mais avançadas com capacidade de identificar padrões que seriam difíceis de serem identificados manualmente. Saiba mais em: <https://digital.brq.com/chatgpt/>. Seguimos desenvolvendo soluções inovadoras para um mercado em transformação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em um mercado altamente competitivo, o diferencial da BRQ é ser multidisciplinar, a filosofia **LEAN E ÁGIL** agrega conhecimento e potencializa competências como aprendizagem rápida, adaptabilidade e resiliência. Com soluções digitais próprias e customizadas, a BRQ acelera a transformação digital das maiores empresas brasileiras e internacionais.



Novo Posicionamento

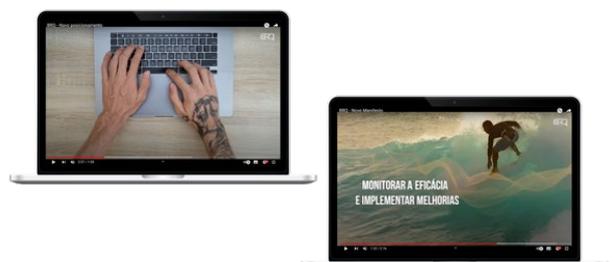
Em 2022 a BRQ lançou seu **NOVO POSICIONAMENTO DE MARCA** e identidade visual, acompanhando a constante evolução do mercado de tecnologia. O mote “We accelerate businesses” reflete o compromisso renovado da empresa em entregar soluções digitais completas e escaláveis – desde a concepção e desdobramento da estratégia até sua materialização – para seus clientes no Brasil e América do Norte, alcançando padrões globais.

São praticamente três décadas criando a próxima geração de soluções digitais e nossa razão de existir é acelerar os negócios dos nossos clientes com inteligência e tecnologia, de ponta a ponta. Ao longo do tempo, expandimos para outras regiões do mundo e hoje, atuamos em mais 150 empresas de oito países diferentes. Essa mudança reflete nossa identidade global e multicultural.

Confira os vídeos do Novo Posicionamento e do Novo Manifesto de Marca, que faz correlação de mensagens chaves entre o surf e os negócios, destacando que ambos exigem preparação, rápida adaptação a mudanças, necessidade de experimentar e não ter medo de errar:

<https://www.youtube.com/watch?v=WMJDslo9Zfo&t=1s>

<https://www.youtube.com/watch?v=VRp5aPB6ICk&t=3s>



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Expansão Internacional

O novo posicionamento teve também o objetivo estratégico de projetar nosso portfólio de serviços no Brasil e a imagem da empresa no exterior buscando expansão internacional. Sabemos que o mercado norte-americano é 40 vezes maior que o brasileiro e a BRQ planeja colocar a operação nos EUA no centro da estratégia e torná-la protagonista de sua operação global.

Melhor Empresa para Trabalhar

A BRQ está entre as 30 Melhores Empresas de TI e entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil segundo o Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar). Nosso Índice de Confiança é de 90% em 2023 e recebemos pelo 5º ano consecutivo o selo que nos certifica com um excelente local para se trabalhar.

Já no Glassdoor, nossa nota é 4.5, com índice de 95% de recomendação e 96% de aprovação do CEO.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida da Companhia é composta pela prestação de serviço de tecnologia e transformação digital que visa, principalmente, atender as seguintes demandas dos clientes:

Transformação do Core Business do Cliente: modernização do sistema legado e/ou migração de dados do legado para a cloud computing (solução de computação em nuvem); e

Transformação Digital: evolução dos canais digitais e business analytics, focando na aplicação estratégica de tecnologias inovadoras para resolver os desafios de eficiência, produtividade, desempenho e otimização de processos.

A atuação da Companhia é definida conforme a necessidade e a demanda de cada cliente, com o objetivo de otimizar os negócios e superar os desafios. As soluções desenvolvidas são tailor made especialmente na linha de negócios de transformação digital.

A Companhia explora o desafio do negócio, entende o problema e constrói a solução com a melhor e mais inovadora tecnologia, unindo aceleradores com soluções analíticas que facilitam a tomada de decisão a qualquer momento.

Destacamos que a Companhia possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	R\$	% do total
Receita líquida de vendas e serviços	755.973	100,00%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	R\$	% do total
Lucro Líquido	85.452	100,00%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

A Companhia é prestadora de serviços de tecnologia e de transformação digital. Seu processo de construção dos serviços, ou processo produtivo tem foco na geração de valor para os clientes. O processo de produção contempla: recrutar profissionais de tecnologia, treiná-los e iniciá-los dentro da plataforma de serviços da Companhia (descrita abaixo), para: (i) desdobrar a necessidade/estratégia do cliente, (ii) entender o problema e conceber soluções (através de técnicas e pesquisas de design), (iii) criar as soluções usando as mais variadas tecnologias (blockchain, devops, cloud, IA, Big Data Analytics, entre outras) e uma vez essa solução criada, os profissionais da Companhia são capacitados para manter ciclos contínuos de melhorias baseados em soluções analíticas.

Atuamos no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais. Entregamos esse processo através da nossa **PLATAFORMA DE SERVIÇOS END-TO-END**, com capabilities que nos permitem atuar em todas as fases da jornada de transformação do cliente. Entendemos o desafio e, com uma abordagem consultiva, iniciamos a construção da solução com as melhores e mais inovadoras tecnologias por meio dos nossos squads, formados por times multidisciplinares (developers, designers, analistas de negócios, e/ou arquitetos). Fazemos também o monitoramento e a evolução da solução, analisando a eficácia de maneira analítica para facilitar a tomada de decisão. E a evolução é incremental, com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.

A companhia conta com centros de excelência em, IA (incluindo IA Generativa), Advanced Analytics, Cloud, Mobile, Marketing Digital&Design (Experience Agency), Intelligent Business Automation, Salesforce e Arquitetura de Referência. Todas essas capacidades podem ser aceleradas por meio de Parcerias Estratégicas com grandes empresas de tecnologia como AWS e Google, ou pelo Innovation Hub BRQ, corporate venture que investe em startups B2B com alto poder de escalabilidade e que tenham sinergia com o negócio da BRQ. Nossa abordagem visa, principalmente, suportar os clientes na busca constante por inovação e otimização de resultados. E isso se dá por meio de 3 principais canais de vendas: 1 - Relacionamento com clientes; 2 - Marketing digital e 3 - Vendas recorrentes.

1) Relacionamento com Clientes

A Companhia possui uma equipe comercial própria (canais de vendas diretos), que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de tecnologia na transformação digital dos seus clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada um deles. A força de vendas responde diretamente ao Diretor Executivo (Chief Executive Officer - CEO) e está agrupada em cinco unidades de negócios, abreviadas como DBU (Digital Business Unit). O trabalho é segmentado primariamente

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

por indústria, suportado por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades supervisionado. Cada DBU é liderada por uma tríade de executivos, composta por:

- **DCE - Digital Customer Evolution:** responsável pelo relacionamento com o cliente e expansão da base de clientes, liderando um time de Account Executives;
- **DLD - Digital LifeCycle Delivery:** responsável pela gestão dos times multidisciplinares (squads), entregas ao cliente e aplicação do framework BRQ.
- **DES - Digital Evolution Strategist:** responsável por identificar as necessidades e desafios do mercado de atuação e impulsionar o posicionamento da BRQ como parceiro estratégico na evolução digital de nossos clientes.

2) Marketing Digital

A Companhia utiliza canais digitais para atrair novos clientes e posicionar a marca como uma empresa relevante no setor. Essa força de vendas é comandada por uma Diretora de Marketing (Chief Marketing Officer - CMO) que responde diretamente ao CEO. O trabalho é liderado pela área de Marketing Digital e utiliza técnicas de Marketing de Conteúdo e Funil de Vendas para impulsionar a marca e os produtos/serviços que a companhia disponibiliza no mercado

3) Vendas Recorrentes

No desenvolvimento de aplicações e integrações, são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As suas atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo dos serviços a serem prestados pela Companhia. O preço da unidade de serviço é definido nos contratos dos clientes “base”. Para clientes “não base” é responsabilidade de cada gerente a negociação do preço de cada unidade. Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de governança composta por profissionais de qualidade que acompanham o fechamento de cada contrato.

A Companhia possui historicamente relacionamento de longo prazo com seus clientes, sendo o tempo médio com os 10 maiores clientes de 13 anos. A Companhia possui um forte histórico de atração e retenção de clientes que mostra a evolução na entrada de clientes na companhia, com crescimentos acima de 100%.

Atração e Treinamento de Profissionais:

A Companhia tem todos os seus processos 100% digitais, que se inicia já na busca e atração de talentos, onde é realizado um recrutamento dos mais diversos perfis de tecnologia e negócios para atuar em seus projetos. O onboarding também é 100% digital.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Uma vez contratados tais profissionais, inicia-se um trabalho para treiná-los, e mantê-los atualizados com as tecnologias mais avançadas e capacitados para atuação nos projetos da Companhia. Após o processo de treinamento e entendimento do processo de negócio, esses profissionais estão aptos para atuar nos projetos e em todo o ciclo da plataforma de serviços, sempre com foco na geração de valor para os clientes da Companhia.

A Companhia conta também com programas de formação técnica gratuitos e 100% digitais para entrantes do mercado de tecnologia. Desde 2016, a BRQ investe na capacitação de talentos em tecnologia por meio do Entry Point, que já formou mais de 1000 alunos. Em 2021, expandiu seu programa de formação com foco em diversidade e inclusão de minorias, lançando turmas exclusivas para mulheres e pessoas pretas. Em 2022, foi lançado o Entry Point <dev>, frente social do programa voltada à formação tech de estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade. Com duração de quatro meses, o programa consiste em formação em Front end Angular, além de treinamento comportamental. Os jovens recebem bolsas de estudos, ajuda de custo com internet, além de outros benefícios. E o melhor, os alunos com melhor desempenho são contratados pela BRQ no modelo Anywhere Office. Formamos duas turmas com 40 jovens em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

b. características do processo de distribuição

A Companhia utiliza equipe comercial própria (canais de vendas direto) já que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de tecnologia na transformação digital dos nossos clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada cliente. A força de vendas responde diretamente ao Diretor Executivo (Chief Executive Officer - CEO) e está agrupada em cinco unidades de negócios, abreviadas como DBU (Digital Business Unit) O trabalho é segmentado primariamente por indústria, suportado por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades supervisionado. Cada DBU é liderada por uma tríade de executivos, composta conforme detalhado no item acima “a. 1) Relacionamento com Clientes”.

No Desenvolvimento de Aplicações e Integrações são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo. O preço da unidade de serviço já é definido nos contratos mães dos clientes base. Para clientes não base é responsabilidade deste gerente a negociação do preço. Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de Governança onde profissionais de qualidade acompanham o fechamento do contrato.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Quando se avalia o papel da tecnologia ao longo da história recente e sua relação com as demais áreas de negócios, é evidente a sua evolução se comparada a uma função meramente informativa na 3ª

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Revolução Industrial. Anteriormente, o valor gerado pela tecnologia se restringia a um suporte a algum outro negócio principal, criando ativos digitais acessórios aos negócios para impulsioná-los a um estágio de execução cada vez mais colaborada e próximo a outros negócios. Com o passar dos anos, as duas frentes de tecnologia e negócios tiveram a integração entre si impulsionado que gera uma linha de divisão cada vez mais tênue entre elas. Hoje em dia, segundo artigo publicado pela Forbes em 2021, a tecnologia é intrínseca aos negócios e deu início a uma “4ª Revolução Industrial”, em que ocupa um papel central na criação de valor no mercado e seus players. A imagem abaixo ilustra claramente essa conexão de business com tecnologia, que antes eram vistas de forma apartada, onde tecnologia estava basicamente nas áreas de backoffice, hoje claramente ela parte da natureza de qualquer negócio e atuação, com total sinergia entre ambas.



Desta forma, a Indústria Global de Tecnologia tem se tornado cada vez mais relevante. De acordo com o relatório da [Statista](#), em 2022, estima-se que o gasto global com tecnologia da informação deverá atingir 4,3 trilhões, dos quais 4% deverão vir da América Latina e 32% dos Estados Unidos. Segundo o [IDC](#), o mercado global de transformação digital cresce com um CAGR de mais de 16,8% e deve atingir 7,4 trilhões em 2024, representado 55,5% de todo o investimento em TIC até o final de 2024. A expectativa do IDC é que mais da metade da economia global seja baseada ou influenciada pelo digital, já que a maioria dos produtos e serviços utiliza um modelo de entrega digital ou exige aumento digital para permanecer competitivo. O [Gartner](#), em seu estudo *Forecasts Worldwide*, prevê que os gastos mundiais com TI aumentarão em todas as regiões do mundo, apesar da turbulência econômica global. A projeção é totalizar US\$ 4,6 trilhões em 2023, um aumento de 5,5% em relação a 2022.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Outro estudo recente da consultoria global [McKinsey & Company](#), intitulado "Brasil Digital Report" projeta que a economia digital brasileira deve crescer em média 18% ao ano até 2025, chegando a representar 30% do PIB brasileiro. O estudo destaca a importância da digitalização para a competitividade das empresas brasileiras, impulsionado pela adoção de tecnologias como nuvem, inteligência artificial, IoT, blockchain e análise de dados (subsetores da Companhia). O estudo da destaca que a nuvem será uma das principais tecnologias impulsionadoras do crescimento da economia digital brasileira, com um potencial de geração de valor estimado em até R\$ 380 bilhões até 2025. O estudo também menciona que a análise de dados será uma das principais alavancas de competitividade para as empresas brasileiras nos próximos anos.

Participação por região na indústria global de tecnologia: US\$ 5 trilhões



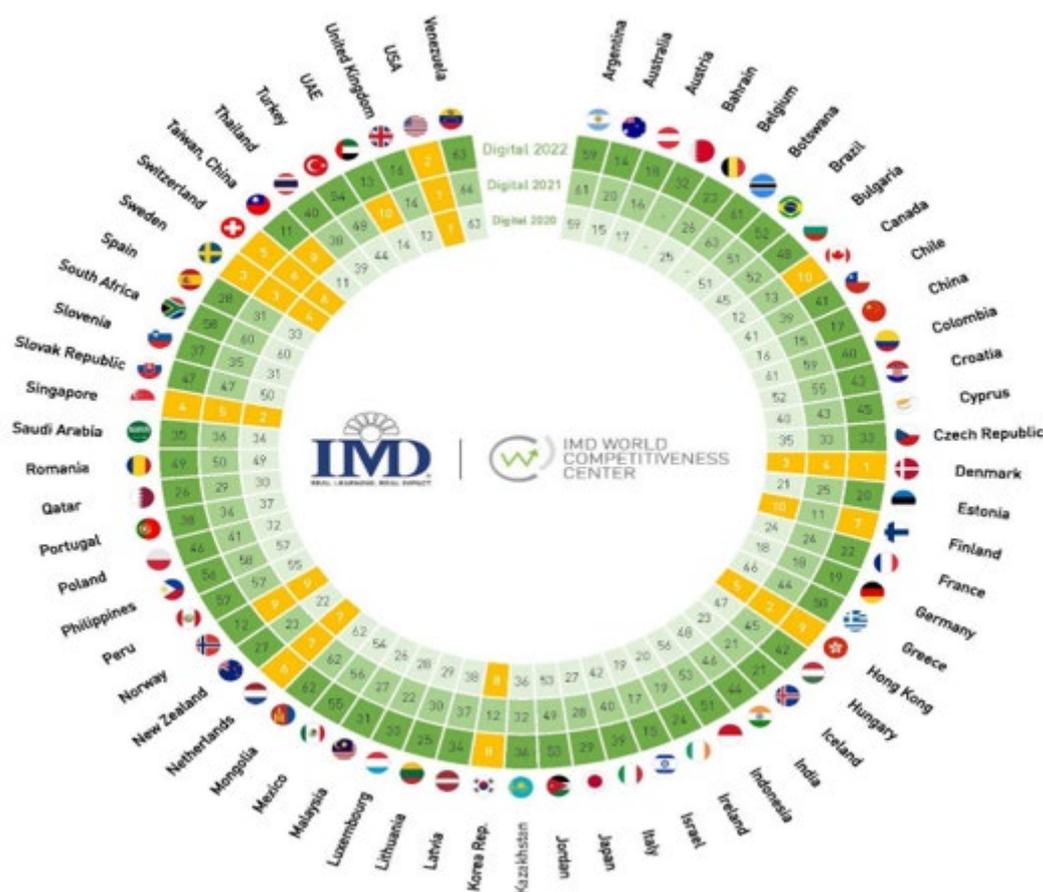
Fonte: IDC²

Realizando uma comparação entre a Companhia e o tamanho do mercado, observa-se uma grande oportunidade de crescimento no Brasil e no mundo e, segundo o IDC, o Mercado de Transformação Digital no Brasil crescerá em CAGR acima de 18%, para US\$ 388,51 bilhões em 2026 ([Fonte](#)).

Claramente ainda há um espaço muito grande para empresas adotarem a transformação digital no Brasil. O Brasil, segundo o [IMD](#) Worldwide Digital Competitiveness Ranking, é o 52º país no Ranking Mundial de competitividade e adoção Digital.

² <https://energytracker.asia/pollution-and-renewable-energy-in-tech-where-does-the-industry-stand/>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Source: IMD Worldwide Digital Competitiveness Ranking – 2022. Digital Competitiveness is the capacity of economies to use digital technologies to transform themselves, i.e, adoption of new technologies in providing solutions that lead to long term value creation

A Companhia acumula diversos prêmios, se tornando referência no mercado de Transformação Digital e de tecnologia. Os prêmios demonstrando referência de mercado constam no ítem 7.1 do presente Formulário de Referência.

Transformação Digital dos negócios

Há uma perspectiva de crescimento relevante do mercado de transformação digital em escala global. Neste sentido, espera-se que, em termos de crescimento, a indústria de serviços de TI se mantenha como uma parcela relevante do PIB nos próximos anos, com serviços digitais liderando o crescimento de receita da indústria. Com isso, é esperado que a intensidade que as companhias do setor utilizando dados digitais para a tomada de decisões continue em aceleração, sendo que mais de 75% de empresas globais esperam utilizar algum grau de transformação digital até 2026, segundo o [IDC](#). Segundo pesquisa da [FGV](#), o sistema de trabalho remoto passou de 58% em 2021 para 33% em 2022, conectando oferta de serviços multicanal com uma experiência de trabalho sem limitações geográficas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nesse racional, a Companhia espera que serviços tradicionais de tecnologia tenham um crescimento menos acentuado nos próximos anos e que seus projetos de tecnologia com enfoque em transformação digital continuem a performar de forma expressamente positiva. Em adição, com base na divulgação realizada pela Deloitte sobre como a pandemia impactou o uso da tecnologia e seus principais efeitos nas transações de M&A (Merge and Acquisitions), as crescentes demanda, buscas e as negociações por M&A geram maior procura por serviços de consultoria focados no setor de TI, visando impulsionar a complementariedade de verticais entre as companhias da negociação, por exemplo.

De forma a se ancorar no cenário ascendente do mercado global de TI, outros setores também experimentarão crescimento através da transformação digital, hoje em dia observada nitidamente em serviços financeiros, por exemplo, conforme divulgado pela [DocuSign](#) em artigo publicado em janeiro de 2023. Com isso, a Companhia não apenas se posiciona em áreas estratégicas em que a digitalização pode oferecer avenidas de crescimento, como também inclui tal serviço em seu portfólio core de serviços.

Hoje em dia, a Companhia acredita que áreas com relevante digitalização de negócios, bem como a bancária e financeira podem apresentar ainda maior aceleração nesse sentido, oferecendo oportunidades significativas de exploração em seus negócios, conforme informações divulgadas pelos canais [Mercado e Consumo](#) em março de 2023, [InfoMoney](#) em abril de 2023 e [Terra](#) em maio de 2023.

Nesse sentido, outros segmentos da economia estão se beneficiando dos segmentos de pagamentos e bankings, indústria altamente consolidada pela companhia. Ainda se tratando de indústrias que têm aderido a digitalização, podem ser citadas a de telecomunicações, segundo pesquisas divulgadas pela McKinsey³, varejo, segundo publicação da PR Newswire⁴, e saúde segundo a Deloitte, impulsionadas pelas indústrias de pagamentos e banking e algumas delas até criando novos modelos de negócios baseado nessas duas indústrias.

ii. condições de competição nos mercados

A ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software e International Data Corporation (IDC)⁵, divulgou que em 2022, o total de investimentos globais em TI foi de US\$ 3,11 trilhões. Nesse cenário, o Brasil figura agora em 12º lugar no ranking de investimentos, com US\$ 45,2 bilhões aplicados. O País lidera na América Latina, cujo total de investimentos alcançou US\$ 124 bilhões (contra US\$ 115 bilhões em 2021). A transformação digital não é mais uma tendência, mas um critério básico de sobrevivência para qualquer negócio no futuro.

No Brasil, os mercados em que a Companhia atua são altamente fragmentados, com elevada representatividade de pequenas e médias empresas e poucos grupos de multinacionais de grande porte.

³ <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/transformacoes-digitais-no-brasil>

⁴ <https://www.prnewswire.com/news-releases/digital-transformation-market-in-retail-sector-to-grow-over--137-billion-between-2021-2025--technavio-301318663.html>

⁵ <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prLA47452221>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nesse contexto, o diferencial da Companhia está em oferecer equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento baseado em diferenciação, qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas decisões e conhecimento da indústria, sendo que nos últimos três anos a Companhia apresenta um crescimento médio de 20% ao ano de receita líquida.

d. eventual sazonalidade

A Companhia entende que o mercado de tecnologia da informação, inclusive os segmentos de software e serviços, não apresentam uma sazonalidade acentuada (cerca de 47% no 1º semestre e 53% no segundo semestre). Entretanto, a Companhia percebeu que, historicamente, houve menor concentração no 1º trimestre por conta da interrupção momentânea na contratação de projetos devido ao período de férias e a consequente redução no volume de projetos, crescendo ao longo do ano, com uma maior concentração da receita líquida no 4º trimestre do ano por conta da necessidade de alguns clientes consumirem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, a Companhia possui fornecedores de data centers e companhias telefônicas que fornecem os seus links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 1 (um) cliente foi responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo:

Cliente 1, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 200.699 mil.

No exercício social encerrado em 2022, a receita líquida deste cliente representou 26,5% do montante total apurado pela Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os seguintes segmentos operacionais foram afetados pelas receitas provenientes dos clientes indicados no item (a) acima: “Serviço de tecnologia e transformação digital”.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Apesar das atividades da Companhia não estarem sujeitas a possuir regulação ambiental específica, a BRQ possui uma Política de Sustentabilidade estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Apesar da relevância de algumas marcas e nomes de domínio registrados em nome da Companhia, não possuímos dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela **(i)** expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); **(ii)** renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); **(iii)** caducidade (falta de uso da marca); ou **(iv)** inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, todas as marcas indicadas como relevantes pela Companhia às suas atividades encontram-se devidamente registradas perante o INPI.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Programas de Computador

No Brasil, programas de computador (softwares) são protegidos pela legislação de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/1975, e a Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) em conjunto com Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software), sendo definidos como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Ao titular de um registro de software é assegurada a tutela dos direitos relacionados ao software por 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação. Apesar da possibilidade de registro do software no INPI, a proteção aos direitos sobre softwares não depende desse registro.

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:
 - em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
 - em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não contribuiu financeiramente, direta ou por meio de terceiros, para os itens relacionados nesta questão.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

As atividades da Companhia são geograficamente concentradas no mercado brasileiro. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a representatividade foi de 91,10%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados do País Sede (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2022	R\$ 764.449	91,10%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida de vendas e serviços prestados proveniente de clientes no exterior é auferida nos Estado Unidos, por meio da subsidiária da Companhia naquele País BRQ IT Services Inc. e sua controlada ThinkInternational LLC, Inc., que estão sediadas nos Estados Unidos. A receita líquida proveniente de clientes no Peru, Argentina e Chile é prestada pela BRQ do país sede, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados nos Estados Unidos (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2022	R\$ 73.812	8,80%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Chile (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2022	R\$ 341	0,04%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados na Argentina (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2022	R\$ 303	0,04%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Peru (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2022	R\$ 195	0,02%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia possui uma controlada no exterior (EUA), que está sujeita à regulação deste país no que diz respeito a tributação, atendimento as leis trabalhistas e demais regras locais.

Não há ocorrência de impactos relevantes decorrentes da regulação dos países divulgados no item 1.7.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Acreditamos que transformar a vida das pessoas é parte do business. A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ASG para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Na BRQ 95% das pessoas se sentem livres para ser quem são (GPTW 2022).

A Companhia possui uma Política de Sustentabilidade aprovada pela diretoria em 11 de novembro de 2021, à qual todos os colaboradores têm acesso e estão sujeitos, contendo princípios e valores, bem como um conjunto de ações e práticas ordenadas, todas na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação do meio ambiente.

A Política de Sustentabilidade tem por objetivo demonstrar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Esta política está norteada por princípios e valores ambientais que levam em consideração a sustentabilidade. A Alta Direção compromete-se com a melhoria contínua e eficaz do seu Sistema de Gestão, promovendo desdobramento destas diretrizes nos seus objetivos estratégicos e processos.

Princípios

- ❖ Conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários;
- ❖ Cumprir e manter seus processos de acordo com a legislação ambiental aplicável e adotar normas corporativas de gestão ambiental, incluindo revisões contratuais englobando as contratações com clientes e fornecedores;
- ❖ Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável;
- ❖ Conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade.
- ❖ Buscar novas tecnologias de construção e uso de matérias-primas economicamente viáveis e aperfeiçoar os processos de engenharia de modo a minimizar os impactos no meio ambiente;
- ❖ Utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- ❖ Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;
- ❖ Divulgar as práticas de sustentabilidade;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ❖ Promover o comprometimento da alta direção com o desenvolvimento do tema;
- ❖ Promover e incentivar a inovação tecnológica, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e a concepção de novos projetos e produtos para que sejam concebidos de maneira sustentável;
- ❖ Respeitar nossos clientes;
- ❖ Respeitar a diversidade, combatendo a discriminação, o assédio moral e sexual e a corrupção em todas as suas formas;
- ❖ Garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos nossos colaboradores;
- ❖ Atuação de forma ética, íntegra e transparente com todas as partes interessadas.
- ❖ Enfatizar a importância da aderência ao “Código de Conduta” da Companhia.

Os resultados alcançados pela Companhia em 2022 permitiram contribuir com à sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando de talentos em tecnologia, incluindo programa exclusivo para estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Política de Sustentabilidade está estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, que agrupam temas relevantes reafirmando o compromisso da Companhia com a melhoria contínua da sustentabilidade de suas atividades, no seguinte sentido:

- **Mercado:** (i) estabelecer relações éticas e transparentes com os clientes, colaboradores, fornecedores e com todos com quem a Companhia mantenha relacionamento, criando valor para todos os elos de sua cadeia; (ii) considerar as dimensões econômica, social e ambiental na mais equilibrada forma possível, nos processos de tomada de decisão, buscando melhoria contínua e sustentável dos seus processos; (iii) motivar para práticas sustentáveis os colaboradores, clientes, parceiros de negócios e fornecedores; (iv) transparência e responsabilidade na divulgação de informações.
- **Ambiental:** (i) utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos; (ii) utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água; (iii) aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos; (iv) prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável; (v) manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia. (vi) utilização somente de papel

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO). (vii) melhoria contínua do desempenho Ambiental.

- **Social:** (i) estimular, fortalecer e ampliar práticas internas de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores; (ii) assegurar que as instalações dos escritórios da BRQ atendam às condições de acessibilidade; (iii) relacionar-se com fornecedores comprometidos com a correta aplicação das legislações trabalhista, ambiental, anticorrupção e sobre direitos humanos; (iv) promoção dos Direitos Humanos: combate a corrupção, ao trabalho infantil, ao assédio moral e sexual e ao trabalho forçado ou compulsório; (v) realizar as atividades empresariais de forma a desenvolver, direta ou indiretamente, a comunidade do entorno da entidade; (vi) comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas; (vii) prevenção de todas as formas de discriminação e respeito da diversidade.
- **Governança Corporativa:** apoiar e incentivar à incorporação do tema sustentabilidade aos programas, projetos e processos da Companhia em consonância com a busca da melhoria contínua das práticas de gestão adotadas pela Companhia.

A Companhia informa que, até o presente momento, não apresentou relatório socioambiental, sobretudo considerando o baixo impacto socioambiental dos seus negócios, seu porte e setor de atuação.

A Companhia também dispõe na Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) que Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em seu processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao seu comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

Os procedimentos adotados visam obter o menor impacto ambiental possível.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Acreditamos que preservando as florestas do país, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o seu ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A BRQ realiza campanhas para o uso consciente da utilização de água e energia.

Em decorrência da pandemia do COVID, a BRQ diminuiu significativamente o consumo de papel para impressões, contribuindo com a questão de proteção às florestas.

A BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

Acreditamos que transformar a vida das pessoas é parte do business. A BRQ quer impactar de forma positiva a sociedade e vem expandindo seus compromissos de ESG (Environmental, Social and Governance) para acelerar o crescimento sustentável e melhorar a vida das pessoas. Aqui 95% das pessoas se sentem livres para ser quem são (GPTW 2022)! Conheça algumas de nossas ações:

1. Environment:

TI Verde: economia de energia e água para melhor gestão de recursos, até o fim de sua vida útil, incluindo a melhor forma de descarte.

- ✓ 50% de redução do consumo com energia e água nos últimos 5 anos.

3. Governance:

- ✓ Empresa listada na B3 (Bolsa de Valores do Brasil)
- ✓ Auditada pela KPMG (Big Four)

2. Social:

- ✓ +de 88 mil conteúdos de capacitação acessados, somando 176 mil horas/aula (53h de treinamento por pessoa)
- ✓ +de 400 alunos capacitados para o mercado (Entry point) (150 contratados pela própria BRQ)
- ✓ +de 30% de mulheres na liderança
- ✓ +de 26% de mulheres no time
- ✓ +R\$2MM investidos em 6 projetos sociais via Incentiv (causas sociais, cultura, infância e adolescência, idoso e esporte)
- ✓ Patrocinador oficial do Instituto da Criança
- ✓ Prêmio Empresa Amiga da Melhor Idade (Casa Ondina)
- ✓ Criação de Grupos de afinidade (minorias)
- ✓ Canal de Ética
- ✓ Compromisso público assumido no Movimento Trabalho Ético – somos uma das 1^{as} signatárias da Carta dos Princípios do Trabalho em Tecnologia (Brasscom)

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Atualmente, não há informações auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações que tratam da política de sustentabilidade e de Código de Conduta da Companhia, são divulgadas internamente aos funcionários através do portal WorkPlace.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente divulgado com matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente que considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia ainda não possui Relatório Integrado ou documento equivalente que considera as recomendações da Força-Tarefa ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não realiza inventários de emissão dos gases estufa, mas está ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, e por essa razão busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho home office. Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2023, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Não é aplicável, tendo em vista que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da Livetouch Tecnologia Ltda., com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da TOP Information Serviços Digitais Ltda.

Em 31 de março de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da BMSIX Soluções em Informática Ltda., com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da BMSIX, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 07 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da QDOIS Consultoria Ltda.

Os processos relacionados acima foram registrados em atas de Assembleias as quais foram disponibilizadas no site da Companhia e podem ser consultadas através do link <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não é aplicável, tendo em vista que não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas firmados pela Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Não é aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Note Purchase Agreement celebrado com WM Mobility LTD. em Julho/2022 para compra de nota promissória, no valor de US\$ 250.000,00, conversível em participação societária, que será calculada com base na divisão do valor investido pelo Enterprise Value da vendedora da nota. O Enterprise Value é definido em US\$ 15.000.000,00 de valuation cap ou 25% de desconto na próxima rodada de investimentos, o que for menor.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No julgamento da Companhia, não há outras informações relevantes relacionadas a este item do Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

As informações dos itens 2.1 a 2.11, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações sobre as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Caixa e equivalentes de caixa	158.895	161.617	134.715
Dívida Bruta (a)	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido (b)	(117.138)	(99.928)	(58.720)
Lucro líquido do período / exercício	85.452	40.261	44.569
EBITDA Ajustado (c)	151.286	106.115	75.299
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	20,01%	16,96%	14,66%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com receita líquida de R\$ 755.973 mil (R\$ 625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 158.895 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2021, que correspondia a R\$ 161.617 mil, uma redução de -1,68%.

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital Próprio (a)	43,60%	34,43%	37,95%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante e não Circulante	230.067	226.522	171.217
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital de Terceiros (b)	56,40%	65,57%	62,05%

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	296.272	277.376	233.364
Passivo circulante	153.842	146.975	113.506
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,93%	1,89%	2,06%
Ativo total	407.920	345.489	275.948
Passivo total	230.067	226.522	171.217
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,77%	1,53%	1,61%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2022 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Recursos de instituições financeiras	-	-	11.235
(-) Custos de captação	-	-	(35)
Recursos de emissão de títulos	-	-	60.000
(-) Custos de captação	-	-	(1.715)

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 158.895 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %)								
Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	-	716	
Itaú	abr/26	2,46%	-	N/A	134	-	-	
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	-	4.000	
Caixa Economica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	-	6.984	
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.618	1.507	
Santander	set/22	1,68%	-	N/A	-	5.000	-	
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-	
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	-	
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	33.044	47.493	58.449	
TOTAL					33.178	54.111	71.656	

* Linha de crédito

(a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

(b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).

(c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	8.551	6.889	3.282
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	43	705
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	28	492	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	154	352
TOTAL					8.579	7.578	4.339

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)
(em milhares de reais, exceto %)

DRE	31/12/2022			31/12/2021	
	2	AV %	AH %	1	AV %
Receita líquida dos serviços prestados	755.973	100,00%	20,85%	625.547	100,00%
Custo dos serviços prestados	(476.527)	-63,03%	18,99%	(400.491)	-64,02%
Lucro bruto	279.446	36,97%	24,17%	225.056	35,98%
Margem bruta	36,97%			35,98%	
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(148.974)	-19,71%	0,59%	(148.100)	-23,68%
Perdas de crédito esperadas	0	0,00%	-100,00%	1.121	0,18%
Outras despesas operacionais	(543)	-0,07%	1451,43%	(35)	-0,01%
Outras receitas operacionais	3.312	0,44%	-47,12%	6.263	1,00%
	(146.205)	-19,34%	3,87%	(140.751)	-22,50%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	133.241	17,63%	58,05%	84.305	13,48%
Receitas financeiras	13.189	1,74%	179,66%	4.716	0,75%
Despesas financeiras	(15.982)	-2,11%	-41,87%	(27.493)	-4,40%
	(2.793)	-0,37%	-87,74%	(22.777)	-3,64%
Lucro antes dos tributos	130.448	17,26%	112,01%	61.528	9,84%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(43.309)	-5,73%	64,45%	(26.336)	-4,21%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.687)	-0,22%	-133,28%	5.069	0,81%
Lucro líquido do exercício	85.452	11,30%	112,25%	40.261	6,44%
Atribuível aos acionistas controladores	83.852	11,09%	128,25%	36.737	5,87%
Atribuível aos acionistas não controladores	1.600	0,21%	-54,60%	3.524	0,56%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$755.973 mil, representando um aumento de R\$130.426 mil, ou 20,85%, comparado a R\$625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

(i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio com os 10 principais clientes são superiores a 10 anos.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 476.527 mil, representando um aumento de R\$ 76.036 mil, ou 18,99%, comparado a R\$ 400.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O custo é composto 95,54% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 77.339 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano.

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 279.446 mil, representando um aumento de R\$ 54.390 mil, ou 24,17%, comparado a R\$ 225.056 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 1 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado:

- Alta capacidade de atração e retenção de clientes;
- Aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços;
- Crescimento do portfólio de soluções focado em transformação digital;
- Criação de novos modelos de negócio atrelados à transformação digital nos nossos clientes.

• Despesas Administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 148.974 mil, representando um aumento de R\$ 874 mil, ou 0,59%, comparado a R\$ 148.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	AH	AH %
Com pessoal	(109.894)	(106.337)	3.557	3,35%
Serviços com terceiros	(22.179)	(9.816)	12.363	125,95%
Aluguéis e condomínios	(680)	(666)	14	2,10%
Depreciação e amortização	(5.166)	(2.494)	2.672	107,14%
Comunicações	(454)	(580)	(126)	-21,72%
Impostos e taxas	(57)	(17.317)	(17.260)	-99,67%
Contribuições sindicais/associação classe	(641)	(310)	331	106,77%
IPTU	(82)	(49)	33	67,35%
Energia elétrica	(207)	(173)	34	19,65%
Outras despesas administrativas	(9.614)	(10.358)	(744)	-7,18%
Despesas administrativas	(148.974)	(148.100)	874	0,59%

• Outras (despesas) receitas operacionais

As despesas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$543 mil, representando um aumento de R\$ 508, ou 1.451,43%, comparado com R\$ 35 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As receitas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$3.312 mil, representando uma redução de R\$ 2.951 mil ou -47,12%, comparado com R\$ 6.263 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 133.241 mil, representando um aumento de R\$ 48.936 mil, ou 58,05%, comparado a R\$ 84.305 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 13.089 mil, representando um aumento de R\$ 8.473 mil, ou 179,66%, comparado a R\$ 4.716 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 7.540 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 15.982 mil, representando uma redução de R\$ 11.511 mil, ou 41,87%, comparado a R\$ 27.493 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deveu-se basicamente a multa do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 8.008 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 130.448 mil, representando um aumento de R\$ 68.920 mil, ou 112,01%, comparado a R\$ 61.528 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 44.996 mil, representando um aumento de R\$ 23.729 mil, ou 111,58%, comparado a R\$ 21.267 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 85.452 mil, representando um aumento de R\$ 45.191 mil, ou 112,25%, comparado a R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 referente ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de RS	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	755.973	625.547	513.712

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o enfrentamento da pandemia do COVID 19. Os números da economia brasileira vieram positivos, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo acima do inicialmente projetado por analistas e pelo mercado financeiro – mas dentro das projeções mais recentes.

Em 2022 o calendário eleitoral e a tensão política foram fatores de risco ocasionando um segundo semestre mais fraco. A incerteza de quem estaria no comando da Presidência a partir de 2023 e a composição do Congresso Nacional impôs cautela adicional no consumo e no ambiente de negócios, gerando adiamento nas decisões de investimentos.

A instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este

2.2 Resultados operacional e financeiro

único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função das debentures e aplicações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários -arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da Livetouch, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da TOP. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOP é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de março de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da BMSIX, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 07 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da QDOIS. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF; O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foi ajustado com itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	144.052	91.541	75.299
Margem EBITDA %	19,06%	14,63%	14,66%
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	77.893
Margem EBITDA Ajustado %	20,01%	16,96%	15,16%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

2.5 Medições não contábeis

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
Lucro líquido (%)	11,30%	6,44%	8,68%
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro líquido (%)	12,26%	8,77%	8,68%

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida bruta e Caixa líquido

A Dívida bruta e o Caixa líquido são medições não contábeis elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas demonstrações financeiras. A Dívida bruta visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante) e o Caixa líquido a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida bruta e o Caixa líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de Dívida bruta, Caixa líquido ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e do Caixa líquido em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida bruta	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício / período	85.452	40.261	44.569
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	44.996	21.267	21.726
Resultado Financeiro	2.793	22.777	2.473
Depreciação e Amortização	10.811	7.236	6.531
EBITDA	144.052	91.541	75.299
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	75.299
Receita líquida de vendas e serviços prestados	755.973	625.547	513.712
Margem EBITDA	19,06%	14,63%	14,66%
Margem EBITDA Ajustado	20,01%	16,96%	14,66%

2.5 Medições não contábeis

Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.

- (a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (c) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (d) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Lucro Líquido Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro Líquido ajustado (%)	12,26%	8,77%	8,68%

- (a) Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.
- (b) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (c) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (d) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (e) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

2.5 Medições não contábeis

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	4.888	11.051	15.763
Não circulante	3.825	3.145	1.783
Debêntures			
Circulante	14.565	14.634	11.095
Não circulante	18.479	32.859	47.354
Dívida Bruta	41.757	61.689	75.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.895)	(161.617)	(134.715)
Caixa Líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

TOP Information Serviços Digitais Ltda.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da TOP Information Serviços Digitais Ltda, empresa especializada em Salesforce. A transação foi concluída em 1º de fevereiro de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOPi é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$22.166 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

QDois Consultoria Ltda.

No dia 23 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da QDois Consultoria Ltda. A transação foi concluída em 8 de abril de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$4.850 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2021, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social vigente no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar

2.7 Destinação de resultados

sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme a alínea “j”, item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ Soluções em Informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 27 de abril de 2022 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de tecnologia da informação e investimentos minoritários em start-ups. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi alocado o montante de R\$ 78.083 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“seller financing”). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	Controladora e consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Bradesco	6,4% a.a.	33.935	48.889
(-) Custo de transação		(891)	(1.396)
		33.044	47.493
Passivo circulante		14.565	14.634
Passivo não circulante		18.479	32.859

2.10 Planos de negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$2.065, R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia segue critérios que visam o desenvolvimento dos negócios através de ações ambientais, sociais e de governança.

A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho home office. Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Os resultados alcançados pela Companhia em 2022 permitiram contribuir com à sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando de talentos em tecnologia, incluindo programa exclusivo para estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

A **BRQ** investe na formação de talentos para o mercado de tecnologia há muitos anos. Mais do que capacitação em tech, a proposta é dar autonomia e empoderar os estudantes para transformarem suas vidas, suas famílias e a própria comunidade. Estudantes de baixa renda do ensino médio receberam bolsa de estudo, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para se tornar um desenvolvedor Front-End e começar a projetar interfaces para páginas web como um programador.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2023, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O artigo 20 da Instrução CVM n.º 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, prevê que é facultativa a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo.

Deste modo, tendo em vista que a Companhia não divulga e/ou divulgou projeções e estimativas durante os últimos três exercícios sociais, optou-se por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de indicadores da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos conhecidos ou não. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos nos itens e subitens abaixo serão apresentados em ordem decrescente de relevância para a Companhia, ou seja, do mais relevante para o menos relevante, conforme classificação realizada pela Companhia.

a. emissor

Riscos relacionados à execução de contratos com clientes.

Os contratos da Companhia são, em sua maioria, sofisticados em sua redação e complexos em sua estrutura. Resultam de um longo ciclo de venda durante o qual é fundamental haver correto

4.1 Descrição dos fatores de risco

entendimento das necessidades dos clientes e definição precisa do escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos. Eventuais falhas de entendimento ou definição de escopo, bem como eventuais problemas na gestão das pessoas e/ou recursos necessários para sua execução, seja por fatores internos, seja por fatores relacionados aos clientes ou ao ambiente em que são desenvolvidos, podem resultar em expressiva redução de rentabilidade. A Companhia possui contratos de longo prazo com determinados clientes que preveem diferentes índices de correção e reajuste anual de preços.

Nestas hipóteses, seja por erro ou falhas de previsão, os índices podem ser inferiores ao acréscimo de custos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento dos serviços o que consequentemente reduziria a margem da Companhia, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Além disso, a possibilidade de ocorrência de eventos adversos na prestação de serviços é um fato de extrema preocupação no ramo de tecnologia, na medida que pode ocasionar paralisação das atividades dos clientes da Companhia, podendo ocorrer danos reversíveis ou irreversíveis às atividades do Cliente. Tais eventos, uma vez concretizados, podem impactar negativamente a imagem e a reputação da Companhia. Além disso, são passíveis de geração posterior de processos de cunho legal e indenizatório, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia, reduzindo o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia depende de sua capacidade de integrar seus produtos e serviços a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede ou mantidos por terceiros.

Os produtos e serviços da Companhia devem se integrar a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros e a Companhia precisa modificar e aprimorar continuamente seus produtos e serviços para acompanhar esses sistemas de terceiros e suas evoluções.

Adicionalmente, qualquer deterioração no relacionamento da Companhia com qualquer terceiro provedor de hardware, software ou plataforma de rede utilizados ou operados, pode afetar adversamente a integração e operacionalidade de alguns de seus produtos e serviços. Esses terceiros também podem alterar os recursos de suas tecnologias, restringir seu acesso a seus sistemas ou alterar os termos que regem o uso desses sistemas de maneira adversa aos seus negócios.

Caso a Companhia não consiga integrar seus produtos e serviços a uma variedade de hardware, software ou plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros, seus produtos ou serviços poderão se tornar menos comercializáveis, menos competitivos, obsoletos ou até mesmo deixarem de ser oferecidos aos seus clientes. Tais alterações podem limitar ou impedir sua capacidade de usar essas tecnologias de terceiros em conjunto com produtos e serviços da Companhia, o que afetaria adversamente seus negócios, assim como a adoção de sua plataforma e serviços afetaria adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes de forma a acompanhar a evolução tecnológica.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e introduções de frequentes melhorias a novos produtos. Caso a Companhia deixe de prever e de desenvolver melhorias acompanhando a evolução tecnológica, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

A alta competitividade no mercado de atuação em que está inserida poderá acarretar perda de participação de mercado e lucratividade nos negócios. Para se manter competitiva nesse mercado, a Companhia precisa ter a capacidade de aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, bem como oferecer novas soluções para as demandas dos clientes. Existe o risco de a Companhia não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas em seus serviços, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos competidores, prejudicando assim sua competitividade. A perda de competitividade da Companhia pode afetar seus resultados e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode não ser capaz de atrair novos clientes, manter seus atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os seus clientes atuais.

A estratégia de crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair novos clientes e de manter seus atuais clientes, aumentando a contratação, por esses clientes, de outros produtos e serviços que oferecemos. Para alcançar estes objetivos, a Companhia precisa convencer os clientes, atuais e potenciais, dos benefícios e do valor de seus produtos e serviços. Eventual falha no desenvolvimento das suas estratégias comerciais, na expansão eficiente de seus recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços pós-venda de suporte, pode prejudicar sua capacidade de (i) aumentar sua base de clientes, (ii) manter sua base atual de clientes satisfeita e/ou (iii) alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir suas vendas, situações estas que podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorre.

Os custos da Companhia são afetados por diversos fatores, tais como remunerações que paga para seus colaboradores, administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos

4.1 Descrição dos fatores de risco

de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores, dentre outros. Os contratos firmados com seus clientes não são necessariamente ajustados pelas variações de custos que a Companhia incorre, sendo que se os custos aumentarem sem que consiga repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia será afetada em suas receitas e margens, situações que podem adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de valores mobiliários da Companhia.

O desempenho da Companhia depende da sua capacidade de atrair e manter pessoal qualificado. A concorrência por tais profissionais pode aumentar os custos da Companhia e prejudicar seus resultados operacionais.

A atividade principal da Companhia depende de muitos empregados e o seu sucesso depende, em grande parte, da capacidade de contratar, treinar e manter pessoal qualificado. A Companhia acredita que seu sucesso dependerá do serviço contínuo da alta administração e de outros funcionários chave. A perda dos serviços de qualquer membro da alta administração ou de outros funcionários-chave pode afetar adversamente os negócios da Companhia, condição financeira e resultados operacionais. A Companhia depende da capacidade da alta administração e dos funcionários-chave de trabalhar efetivamente como uma equipe. O sucesso futuro também depende da capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter e motivar funcionários técnicos, de gestão, vendas e marketing altamente qualificados.

A competição por esse tipo de funcionário é intensa, e a Companhia não pode garantir que terá êxito em atrair, assimilar ou manter um número suficiente de funcionários qualificados. Adicionalmente, a conjuntura econômica pode influenciar a capacidade de contratação e retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos. A Companhia pode não conseguir atrair, treinar e manter funcionários técnicos, de gestão, vendas, marketing e administrativos, bem como demais colaboradores com as necessárias qualificações para atender aos clientes.

A incapacidade da Companhia de identificar, contratar, treinar e reter tais profissionais poderá afetar diretamente o negócio, condição financeira, resultados operacionais e consequentemente a situação financeira da Companhia e a cotação de seus valores mobiliários.

Aumentos significativos nos custos relacionados à mão de obra necessária às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os salários e benefícios dos empregados da Companhia são os seus custos mais significativos. Os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como concorrência de mercado, crescimento econômico do País, e maior demanda por serviços de Tecnologia. A Companhia está inserida no programa de desoneração da folha de pagamento, instituído pela Lei nº 12.546, de 17 de setembro de 2008, desde novembro de 2011 e recolhe impostos correspondentes a, atualmente, 4,5% sobre a Receita Bruta a título de

4.1 Descrição dos fatores de risco

contribuições previdenciárias. Este programa, porém, está em discussão no Congresso Nacional no âmbito das propostas de reforma tributária, havendo a possibilidade de retorno à incidência da alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Caso a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços, pode vir a reduzir a margem de lucro, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de negócios e de crescimento.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios. A capacidade de implementar sua estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de **(i)** captar novos clientes e reter clientes existentes; **(ii)** adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior; **(iii)** financiar investimentos; **(iv)** estabelecer e manter parcerias; **(v)** contratar e reter mão de obra capacitada; e **(vi)** aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados. O não atingimento de quaisquer desses fatores, seja originado por dificuldades competitivas ou de custo, poderá limitar a capacidade da Companhia de executar integralmente sua estratégia de negócio, afetando negativamente seus resultados.

A Companhia poderá não alcançar suas previsões financeiras ou poderá tomar decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores. Erros de planejamento e orçamento tendem a prejudicar os resultados operacionais, na medida em que dificultam a gestão das equipes, com impacto direto nos índices de ociosidade, produtividade e giro de profissionais (turnover). Atualmente, uma pequena parcela dos projetos da Companhia é contratada com escopo fechado (preço fechado). Em alguns casos, pode haver aumento no custo causado por problemas durante a condução dos projetos (como decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores). Estes projetos podem, portanto, ficar com custos maiores do que previstos inicialmente e diminuir a margem de lucratividade da Companhia, o que pode afetar seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários. Também é possível que a Companhia incorra em menos custos do que o estimado. Nesses casos, tendo em vista que o reconhecimento da receita é baseado no custo incorrido, a Companhia poderá atrasar o reconhecimento de receitas já contratadas.

A estratégia de crescimento da Companhia depende, em parte, de suas aquisições. A Companhia pode não ser capaz de continuar adquirindo empresas que atendam aos seus objetivos. Além disso, qualquer aquisição ou consolidação que a Companhia concluir pode afetar seus resultados operacionais, índice de alavancagem (debt-to-capital ratio) e despesas de capital, dentre outros aspectos, e, caso os negócios adquiridos apresentem passivos, pode sujeitá-la a graves conseqüências que podem afetar material e adversamente seus negócios.

O plano de negócios da Companhia envolve a implementação de estratégias de crescimento inorgânico, incluindo a realização de aquisições estratégicas, as quais apresentam riscos, dentre os

4.1 Descrição dos fatores de risco

quais destacam-se: **(i)** a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; **(ii)** a Companhia poderá ter dificuldade em manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes, sendo que o relacionamento com os atuais e novos clientes poderá ficar prejudicado; **(iii)** o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade dos serviços da empresa adquirida; **(iv)** a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito à responsabilidade do serviço, propriedade intelectual, dentre outros; **(v)** a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; **(vi)** o processo de aquisição pode sofrer contratemplos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; **(vii)** a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência; **(viii)** dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou **(b)** à entrada em novos mercados nos quais não temos experiência ou que tenhamos experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços que a Companhia adquire, bem como que possuam mais recursos, tendo em vista que tais concorrentes, normalmente, também buscam adquirir os mesmos tipos de empresas que a Companhia; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; **(ix)** como resultado de suas aquisições, a Companhia pode ter várias linhas de produtos e serviços que são oferecidas, precificadas e suportadas de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para seus clientes e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; **(x)** possíveis despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte que oferecemos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que a Companhia havia previsto; **(xi)** prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; **(xii)** a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; **(xiii)** a superveniência de questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágios para fins fiscais, bem como potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições e potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e **(xiv)** dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições.

Além do exposto acima, a capacidade da Companhia de continuar a ampliar seus negócios por meio de aquisições depende de sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis.

Ademais, mesmo quando concluídas aquisições, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia. Durante esse processo de integração a Companhia pode enfrentar diversos riscos, inclusive os seguintes:

- Dificuldades de integração, tais como **(i)** custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; **(ii)** incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersados geograficamente; e **(iii)** incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; e/ou
- Eventual incapacidade de coordenar e integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Além disso, poderá haver outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia. O crescimento inorgânico, por meio de aquisições, apresenta também risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas às sociedades e estabelecimentos adquiridos, à administração, suas atividades e/ou processos judiciais e administrativos decorrentes de atos anteriores à aquisição. Os processos de auditoria (due diligence) que a Companhia conduziu no passado, bem como outros que poderão ser realizados em relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais (ou de outra natureza), ou indenizações que receba ou possa receber dos vendedores das sociedades e estabelecimentos adquiridos, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos ou responsabilidades, bem como podem não ser cumpridas. Ademais, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos. Outros players do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que pode aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

Esses fatores poderiam causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições, o que pode afetar adversamente o valor de seus valores mobiliários. Por fim, à medida em que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas, e o lucro por ação poderá diminuir.

As receitas da Companhia dependem substancialmente das contratações dos produtos e serviços tecnológicos oferecidos, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de infraestrutura ou aplicações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As receitas dependem substancialmente das contratações geradas pelos produtos e serviços tecnológicos de terceiros, dentre outros serviços complementares a eles relacionados. Assim sendo, a Companhia depende tanto de capital humano quanto da tecnologia de terceiros que se adapte à estrutura do cliente. Este modelo pode ser replicado pelos concorrentes, visto que são negócios baseados em sistemas e gerenciados por consultores, que podem vir a ser contratados pela concorrência.

Caso a receita advinda dessas contratações diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de sua infraestrutura ou aplicações, seu fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários da Companhia.

As receitas da Companhia estão concentradas em dois setores específicos, de modo que condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro e de telecomunicações, que, com a consolidação das instituições, o número de participantes desses setores vem diminuindo e, com isso, as receitas podem ficar concentradas em menos empresas. A receita da Companhia depende principalmente do segmento de Serviços de Tecnologia, especificamente das atividades de desenvolvimento de Aplicações e Integrações. Caso o segmento de Serviços de Tecnologia seja afetado adversamente por perda de competitividade, perante seus maiores clientes, a Companhia será afetada adversamente em seu faturamento.

Adicionalmente, o mercado de atuação da Companhia mostra tendência de concentração de demanda em poucos e grandes players globais. A base de clientes da Companhia é composta por empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte. Estes clientes têm, em sua maioria, presença global ou no mínimo regional na América Latina. Observa-se no mercado que empresas globalizadas tendem a concentrar sua demanda de serviços de TI em um número limitado de fornecedores regionais ou globais. A Companhia poderá sofrer efeitos adversos caso seja excluída da base de fornecedores de alguns de seus clientes, o que pode afetar seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser afetada adversamente pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de seus clientes.

A operações da Companhia dependem, em parte, do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de se concentrar em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos no lugar de serviços ou produtos contratados de terceiros como a Companhia. Muitas empresas também já investiram recursos substanciais em seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem os processos e infraestruturas existentes de seus negócios. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios de seus clientes, de diminuição dos gastos de seus clientes em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes, atuais ou potenciais, a adotar novas soluções tecnológicas relacionadas aos serviços por ela oferecidos, os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em procedimentos ou processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos.

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais em matérias cível, tributária, trabalhista, dentre outras, e poderá ser parte em novos processos ou procedimentos de diversas naturezas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão afetá-la adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração e da diretoria, bem como acionistas controladores da Companhia, são e podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal e tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados, direta ou indiretamente.

A Companhia pode não constituir ou manter provisões em relação aos processos com provisão de risco “possível” ou “remoto” e, com relação aos processos em que a probabilidade de perda tenha sido classificada pela Administração com o suporte de seus advogados externos e departamento jurídico como “provável”, a provisão feita pode não ser suficiente para cobrir o valor total. Caso sejam proferidas decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis à Companhia em ações em relação às quais a Companhia não tenha constituído provisão ou tenha constituído provisão com valor inferior ao montante da perda em questão, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, reputação e valor de mercado de seus valores mobiliários. Adicionalmente, em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado.

A Companhia também possui demandas de natureza Tributária Municipal (ISS) e Federal (PIS, COFINS, INSS, IR etc.).

Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia.

A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos acionistas no seu capital social.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros podem afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, conseqüentemente, a cotação dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir captar recursos suficientes para implementar seu plano de negócios, financiar seus projetos, renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode lhe causar um efeito relevante e adverso.

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia pode não suportar os seus custos e seus planos de expansão, obrigando a Companhia a se financiar por meio de operações de crédito. A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou não ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos e satisfatórios para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras.

Os mercados locais de dívida e de capitais são altamente voláteis e foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume; e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis. Como reflexo de tais circunstâncias, eventuais dificuldades que a Companhia possa vir a enfrentar para captar

4.1 Descrição dos fatores de risco

recursos no mercado de capitais local ou internacional podem reduzir suas disponibilidades para investimento, impactando negativamente seu plano de negócios e o cronograma de eventuais projetos em fase de implantação, o que poderá afetar adversamente o valor de seus valores mobiliários.

Caso a Companhia não seja capaz de **(i)** obter financiamento, de refinanciar suas dívidas quando necessário, ou se a disponibilidade para tanto se der em termos desfavoráveis, **(ii)** conseguir satisfazer suas necessidades de capital, **(iii)** cumprir com suas obrigações financeiras ou **(iv)** aproveitar oportunidades de negócio, a Companhia poderá ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais, bem como na cotação de seus valores mobiliários. Adicionalmente, esse risco pode ser acentuado em virtude da pandemia de COVID-19, a qual pode impor dificuldades adicionais para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras e, conseqüentemente, restrições de caixa para a Companhia, o que poderá comprometer o cumprimento das suas obrigações financeiras com terceiros, e, por conseguinte, afetar de forma adversa os seus negócios e a sua condição financeira.

A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando as operações, vendas, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A extensão, gravidade e percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetou e continuará a afetar os negócios da Companhia são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar os negócios.

Apesar de estar estabilizada, a pandemia da COVID-19 provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia.

A extensão da pandemia da COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, incluindo o surgimento de novas variantes da doença e novas ondas de contaminação, que são eventos altamente incertos e imprevisíveis e podem resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia da COVID-19 trouxe impactos também na esfera trabalhista, por tratar-se de um risco epidemiológico, de modo que os empregados da Companhia podem ser contaminados, o que pode afetar, ainda que indiretamente, as operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, autoridades governamentais podem impor medidas restritivas e imprevisíveis em resposta à pandemia da COVID-19, que podem vir a afetar, direta ou indiretamente, de forma adversa, as operações da Companhia, de seus fornecedores integrados ou de seus clientes.

Não há precedentes comparáveis que possam fornecer uma orientação ou previsão quanto às consequências da pandemia global do COVID-19. Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por ele causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas.

Adicionalmente, verifica-se no país um cenário de recessão/desaceleração econômica com probabilidade de impactar significativamente os níveis de emprego e renda da população e a atividade econômica, refletido na redução dos níveis de demanda por consumo de produtos e/ou serviços oferecidos pela Companhia, e consequentemente impactando suas margens de retorno.

Após a diminuição da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

Falhas na infraestrutura da Companhia podem acarretar perdas operacionais significativas à Companhia.

A Companhia pode enfrentar potenciais falhas na infraestrutura dos escritórios e/ou datacenters. Os sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções imprevisíveis em seu funcionamento, em decorrência de falhas humanas, catástrofes, acidentes, desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas e suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma de suas instalações for afetada por um ou mais de tais eventos ou similares, isso poderá interromper as operações, retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção das atividades, o que poderá afetar significativamente as operações e receitas e reduzir o valor dos valores mobiliários da Companhia.

As medidas de segurança em tecnologia da informação podem ser insuficientes, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

As medidas de segurança de TI da Companhia poderão ser violadas, invadidas ou comprometidas e, assim, a Companhia poderá sofrer indisponibilidades imprevisíveis de sistema de TI. A Companhia pode sofrer tentativas de violação de dados, invasão ou acesso de seus sistemas para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais por qualquer pessoa, incluindo seus colaboradores, acarretando seu uso indevido. Ademais, a possibilidade do aumento a riscos de cyber segurança é intensificada durante a pandemia da COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

trabalho remoto (home office) para os empregados da Companhia. Caso as medidas de segurança sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, os negócios da Companhia poderão ser prejudicados.

Por fim, falhas de segurança que venham a acarretar a perda de dados e informações, além do potencial impedimento ao adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, podem obstar ao cumprimento de determinadas obrigações legais, ocasionando, por exemplo, violações a retenção de guarda obrigatória de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”). Ainda, falhas no armazenamento de dados poderão dificultar ou impedir a defesa dos interesses da Companhia em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Ademais, caso as medidas de segurança da Companhia sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, os negócios da Companhia poderão ser prejudicados, com apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes, ou provocar interrupções nos serviços ou operações da Companhia, bem como de seus clientes.

Em quaisquer das hipóteses acima, os valores mobiliários da Companhia poderão ser afetados adversamente, bem como a Companhia poderá ser obrigada a investir recursos financeiros significativos para se proteger de ameaças de quebra de segurança e assim prevenir indisponibilidades de sistemas internos de TI, ou de clientes de modo geral por outras razões, o que pode afetar os negócios e receitas da Companhia.

A Companhia pode sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de seus sistemas.

Os mecanismos de segurança e controle da Companhia podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem em seus sistemas. O avanço tecnológico permite o desenvolvimento de métodos sofisticados de captura de dados para a realização de atividades ilegais, tais como fraude e falsidade ideológica. Desta forma, os sistemas de informação da Companhia poderão ser expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de acessar, de maneira ilegal, dados armazenados em sistemas da Companhia.

A Companhia também pode sofrer com erros e falhas que possam expor e divulgar dados que constem de seus sistemas. Caso os sistemas da Companhia sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de seus clientes ou dos clientes/consumidores de seus clientes, a Companhia poderá estar exposta a demandas judiciais decorrentes de erros, falhar, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeita também a impactos em sua reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), o que poderá afetar adversamente os negócios,

4.1 Descrição dos fatores de risco

resultados operacionais, situação financeira da Companhia e o valor de valores mobiliários por ela emitidos.

A incapacidade da Companhia de honrar as suas obrigações financeiras, observar cláusulas contratuais restritivas (covenants), poderá afetar adversamente os seus resultados e seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 41.757 mil em empréstimos, financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures. A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os termos e as condições dos documentos de emissão das debêntures. Tais restrições podem impor a observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, alterar ou vender participações acionárias na Companhia, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros – i.e., o inadimplemento de obrigações não pecuniárias ou o vencimento antecipado em um contrato pode causar o vencimento antecipado dos demais contratos financeiros da Companhia (cross-default e cross-acceleration).

Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros, caso estas sejam descumpridas. Desta forma, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e, caso haja descumprimento de determinadas obrigações, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode gerar impactos relevantes na capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira e o resultado de suas operações, bem como o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das S.A. Além disso, a Lei das S.A. permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em

4.1 Descrição dos fatores de risco

determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das S.A., conforme o caso.

Ademais, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas, e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados. Sobre este tema, a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Caso essas medidas sejam de fato tomadas, a capacidade da Companhia de pagar futuros dividendos ou realizar distribuições de lucro seria impactada adversamente.

Adicionalmente, o governo brasileiro adotou iniciativas no sentido de revogar a isenção tributária sobre a distribuição de dividendos, bem como da possibilidade de deduzir o pagamento de juros sobre capital próprio do imposto de renda da pessoa jurídica, ou IRPJ, e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, ou CSLL, cujas bases de cálculo são atualmente disciplinadas em lei e, caso tais medidas sejam de fato implementadas, tanto dividendos recebidos quanto distribuídos serão tributados e, no caso de juros sobre capital próprio, sua dedutibilidade poderá vir a ser proibida, impactando, portanto, o montante líquido a ser recebido por nossos acionistas como divisão de lucros, gerando um efeito adverso sobre a Companhia.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 8.420/2015, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção, em alinhamento à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (em conjunto, a “Legislação Brasileira de Combate à Corrupção”). A Companhia também se submete à Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign

4.1 Descrição dos fatores de risco

Corrupt Practices Act – “FCPA”), tendo em vista que possui uma subsidiária integral, a BRQ IT Services Inc., cuja sede está localizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. As sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis são: **(i)** multas e indenizações nas esferas administrativa, **(ii)** publicação extraordinária da decisão condenatória em meios de comunicação; **(iii)** perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, **(iv)** suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou **(v)** proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública por até 5 anos; e até mesmo **(vi)** dissolução compulsória da pessoa jurídica. Salienta-se também que a responsabilidade da pessoa jurídica relativa às condutas dispostas na Lei Anticorrupção subsiste nos casos de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária. Essa responsabilidade pode ser transmitida ao sucessor até o valor da propriedade transferida e é restrita ao pagamento de multa e reparação do dano causado, bem como as empresas do mesmo grupo econômico são solidariamente responsáveis. Ainda, a Companhia poderá estar sujeita a sanções com base na Lei de Improbidade Administrativa, que inclui proibição de contratar com o Poder Público. Além disso, de acordo com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a comercialização de bens de alto valor ou intermediem sua comercialização, estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. A Companhia está sujeita às seguintes sanções em caso de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: **(i)** advertência e/ou **(ii)** multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); bem como à **(iii)** cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de seus dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de seus colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros.

A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à sua reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de seus valores mobiliários. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em

4.1 Descrição dos fatores de risco

razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, incluindo as estruturas que foram reformuladas recentemente, para fins da sua oferta pública inicial de ações, com a criação do Comitê de Auditoria Riscos e do Comitê de Ética e contratação de empresa terceirizada para realização de auditoria interna podem não ser capazes de detectar ou evitar: **(i)** violações à Legislação de Combate à Anticorrupção, exemplificada acima ou outras violações relacionadas, **(ii)** ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, **(iii)** outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

Da mesma forma, a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos na Legislação Brasileira de Combate à Corrupção, assim como outras normas relacionadas, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, **(i)** ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e **(ii)** vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Legislação Brasileira de Combate à Corrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram recentemente alteradas para fins de adequação às regras aplicáveis ao segmento de listagem Novo Mercado da B3, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos, os quais poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

Com a finalidade de obter o registro de sua oferta pública inicial de ações e consequente listagem no segmento de Novo Mercado da B3, a Companhia recentemente alterou a sua estrutura de controles internos. Tais novas estruturas poderão não serem capazes de evitar falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

Ademais, a Companhia não tem, na data deste Formulário de Referência, um sistema que combine e consolide os balancetes individuais das sociedades do grupo automaticamente, o que pode gerar maior risco de erros no processo de consolidação dos dados, podendo, assim, gerar eventuais falhas nas informações fornecidas. As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos pode ser incompleta ou incorreta, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser prejudicada se não for capaz de proteger e fazer valer seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

Em relação à proteção de propriedade intelectual, industrial e reputação de ativos da Companhia, a Companhia não é capaz de garantir que seus registros nas autoridades competentes sejam possíveis ou que sejam suficientes para a prevenção de apropriação/violação de sua propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de seus produtos ou serviços ou fazendo com que tenha que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las. A Companhia não pode assegurar também que seus parceiros e fornecedores, quando estiverem trabalhando com ela, oferecendo seus produtos e serviços, utilizem propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza devidamente regularizadas, ou seja, de suas respectivas titularidades ou de terceiros devidamente autorizados.

O uso indevido e desautorizado de produtos ou serviços da Companhia, as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

utilização de propriedade intelectual de terceiros por seus parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas da Companhia para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza de forma irregular pode impedir a Companhia de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer produtos ou serviços ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza por terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Os concorrentes da Companhia, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, e de terceiros, relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que a Companhia oferece ou planeja oferecer.

A Companhia não pode assegurar que tem ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza detidos por seus concorrentes ou terceiros, e nem que será bem-sucedida em processos judiciais em que tenha que defender seus direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza relativos às de tecnologias, produtos e serviços oferecidos pela Companhia, inclusive no que se refira ao sublicenciamento de softwares de terceiros.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que a Companhia está usando em seus produtos ou serviços uma tecnologia de forma irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para a Companhia, a Companhia pode ser impedida por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia, afetando seus produtos ou serviços, bem como, provavelmente, ser obrigada a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade.

Nesses casos, a Companhia poderá ser forçada a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros poderá

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar adversamente a reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros que fizer em pesquisa e desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos pode não se concretizar e, mesmo que concretizado, caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, a Companhia pode não ser capaz de recuperar as despesas e os investimentos que vier a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos, tecnologias ou serviços, o que poderá afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que sua Política de Transações com Partes Relacionadas e/ou os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia e causar um impacto adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como no valor de seus valores mobiliários.

A participação dos acionistas da Companhia em seu capital social poderá ser diluída em caso de exercício por seus colaboradores de opção ao amparo de seu plano de opção de compra de ações (Stock Option Plan).

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência no caso de exercício, por executivos e colaboradores da Companhia, de opções para compra de ações ao amparo do Stock Option Plan, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação de investidores no capital social da Companhia.

Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil tem entendido, ao analisar determinados planos de opções de compra de ações, que o fato da Lei das S.A. ter previsto essa modalidade de pagamento, não a excluiu do conceito do salário de contribuição, o que atrai a possibilidade de autuações em face da Companhia, questionando a eventual natureza remuneratória do Stock Option Plan. Na hipótese de eventual autuação da Companhia, a Companhia pode vir a ser condenada ao pagamento de impostos e contribuições previdenciárias em atraso, bem como poderão ser impostas penalidades à Companhia,

4.1 Descrição dos fatores de risco

gerando efeito adverso relevante sobre sua condição financeira, seus resultados operacionais, bem como sobre a cotação de seus valores mobiliários.

Para mais informações acerca do Stock Option Plan da Companhia, ver item 13 deste Formulário de Referência.

Um mercado líquido para as ações poderá não se desenvolver, fazendo com que os acionistas possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas pela Companhia ao preço e na ocasião em que desejarem.

Um mercado líquido para suas ações da Companhia poderá não se desenvolver, fazendo com que os acionistas da Companhia possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas ao preço e na ocasião em que desejarem. A Companhia não pode garantir que as negociações de suas ações no Novo Mercado vão se desenvolver de modo satisfatório. Além disso, a Companhia não pode garantir que esse mercado se desenvolverá no futuro. Caso isso aconteça, os acionistas podem enfrentar dificuldades para negociar suas ações ao preço e na ocasião em que desejarem.

A Companhia está sujeita às penalidades e hipóteses de extinção antecipada previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 13.303/2016, tendo em vista que possui contratos celebrados com entidades da Administração Pública, incluindo empresas estatais.

A Companhia possui contratos com a Administração Pública direta e indireta, incluindo empresas estatais. Estes contratos são regidos pelas normas da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 13.303/2016 – especialmente para empresas estatais, também devem ser consideradas as disposições de seus regulamentos próprios de contratação –, que preveem o regramento para realização de processos competitivos para contratação com o Poder Público e de contratos administrativos para prestação de serviços e aquisição de bens.

Nos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993, em caso de descumprimento das regras dos editais, bem como da violação de cláusulas contratuais, a Companhia está sujeita às seguintes penalidades (artigo 87): (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade a penalidade; e (v) sanções cíveis cabíveis.

Ainda, em caso de contratação com a Administração Pública por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação sem observar as formalidades pertinentes (e.g. processo de justificativa da contratação sem licitação pela entidade pública contratante), a Companhia está sujeita, além das penalidades indicadas acima, à responsabilização criminal dos indivíduos que comprovadamente concorreram para a consumação da ilegalidade e se beneficiaram da dispensa ou inexigibilidade ilegal (artigo 337-E do Decreto-Lei nº 2.848/1940, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021). Nesta situação,

4.1 Descrição dos fatores de risco

a pena aplicável aos responsáveis é de detenção, de quatro a oito anos, e multa (artigo 337-E, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, conforme redação dada pela Lei nº 14.133/2021).

Com relação aos contratos com empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 prevê as seguintes penalidades em caso de descumprimento contratual (artigo 83): **(i)** advertência; **(ii)** multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; **(iii)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a dois anos. Ainda, em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem observar as formalidades pertinentes, as consequências são as mesmas previstas na Lei nº 8.666/1993 (conforme exposto acima), nos termos do artigo 41 da Lei 13.303/2016.

Por fim, anota-se que, dentre outras hipóteses, constituem motivo de rescisão unilateral dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993 (artigo 78, VI e XI): **(i)** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato; **(ii)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato. No caso dos contratos com as empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 não prevê expressamente as hipóteses de extinção unilateral, de modo que os regulamentos internos de contratação de cada estatal disciplinarão sobre o tema. Apesar desses regulamentos, usualmente, preverem hipóteses semelhantes àquelas listadas pela Lei nº 8.666/1993, eles podem conter diferenças, cabendo a análise das disposições de cada regulamento, caso necessário.

Eventuais aplicações das penalidades indicadas acima, ou extinção antecipada dos contratos, podem ter efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre sua condição financeira e resultados operacionais, bem como valor de valores mobiliários da Companhia.

Existem riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros e suas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

A Companhia pode não ter seguros ou as apólices de seguros contratadas podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de atividades da Companhia. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros contratados poderão resultar em prejuízos adicionais para a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de seguros da Companhia ou aumentar seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, a Companhia não contrata seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de suas atividades, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que seja compelida a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em operações e descumprimento de obrigações de responsabilidade da Companhia. A Companhia não possui seguro de riscos de segurança cibernética contratado.

Na ocorrência de qualquer evento acima, a Companhia pode ser afetada adversamente em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

A Companhia enfrenta riscos relacionados à eventual necessidade de desocupação dos imóveis onde estão localizadas suas unidades.

Os imóveis onde estão localizados os estabelecimentos da Companhia são objeto de contratos de locação, já que a Companhia não possui imóveis próprios. O não cumprimento das obrigações contratuais pela Companhia, tais como o não cumprimento da obrigação de pagamento do aluguel e outros encargos acessórios, incluindo o imposto municipal incidente sobre o imóvel (IPTU), pode acarretar a resolução dos contratos, resultando na ação de despejo e/ou cobrança de dívidas, o que pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

Os contratos de locação celebrados pela Companhia **(i)** não possuem cláusula de vigência em caso de alienação prevista no art. 8º da Lei de Locações ou **(ii)** possuem cláusula de vigência, mas não estão registrados nas respectivas matrículas perante os cartórios de registro de imóveis competentes, de modo que, caso tais imóveis venham a ser alienados pelos atuais proprietários, inclusive em razão de excussão de garantias, os adquirentes poderão denunciar o contrato, com o prazo de 90 (noventa) dias para a desocupação, podendo afetar os resultados financeiros e operações da Companhia.

Além disso, os referidos contratos não possuem cláusula de preferência para aquisição, não tendo os contratos sido averbados nas respectivas matrículas perante os cartórios de registro de imóveis competentes, na forma do art. 27 e art. 33 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (“Lei de Locações”). Deste modo, caso os imóveis venham a ser alienados pelos atuais proprietários, a Companhia não poderá depositar o preço judicialmente para adquiri-los caso decida exercer o direito de preferência, o que também pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

O contrato de locação da filial de Curitiba **(i)** está atualmente em vigor por prazo indeterminado, **(ii)** foi firmado com locador que é mero possuidor e **(iii)** tem como objeto imóvel penhorado. Desta forma, **(i)** o contrato poderá ser denunciado pelo locador mediante notificação ao locatário com 30 dias de antecedência para desocupação, livre de quaisquer penalidades ou indenizações, **(ii)** o imóvel objeto do contrato poderá ser reivindicado pela atual proprietária e **(iii)** a não quitação das obrigações

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionadas à penhora perante os credores poderá resultar na alienação forçada do imóvel objeto do contrato em leilão e na desocupação do imóvel pela Companhia, caso o novo proprietário opte pela descontinuidade da locação, o que pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

Os contratos de locação não garantem à Companhia a prerrogativa legal de renovar compulsoriamente a locação de imóveis destinados a atividades comerciais, por meio da propositura de ação renovatória. A Lei de Locações dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, cinco anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) seja ajuizada ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anteriores à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Considerando que as contratações para ocupação dos imóveis da Companhia não preenchem os requisitos acima, não possuindo a Companhia a prerrogativa de renovar compulsoriamente o prazo locatício por meio de propositura de ação renovatória, a renovação destes contratos dependerá de exclusiva negociação com o respectivo locador. As negociações poderão envolver a majoração do valor do aluguel das unidades, o que poderá afetar adversamente o resultado da Companhia. Em caso de insucesso nas negociações, a Companhia poderá ter que desocupar o imóvel em questão, fato que poderia causar efeitos negativos às atividades da Companhia, bem como aos seus resultados.

Parte dos contratos de locação dos imóveis ocupados pela Companhia prevê a correção anual dos aluguéis pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Devido a fatores externos, o IGP-M/FGV tem sofrido nos anos de 2020 e 2021 uma alta significativa, fazendo com o que os valores dos aluguéis mensais indexados pelo referido índice sofram um aumento proporcionalmente significativo. Caso a Companhia seja afetada pela majoração dos aluguéis destes imóveis e não consiga alcançar uma negociação com os locadores de termos mais favoráveis ou caso a Companhia não consiga obter êxito em ação judicial visando ao reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, a Companhia poderá sofrer com um efeito adverso relevante em suas receitas e operações, bem como no valor de seus valores mobiliários.

Além disso, se a Companhia decidir ou tiver que fechar qualquer uma das suas unidades que esteja localizada em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação e, para alguns contratos de locação, a Companhia pode ser obrigada a remover obras e benfeitorias que tenha implantado para adequação desses imóveis às suas atividades. O valor total da multa e de obras que venham a ser necessárias poderá afetar adversamente a Companhia em suas receitas e operações, bem como no valor de seus valores mobiliários,

4.1 Descrição dos fatores de risco

principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade ou se o valor do aluguel ou da obra for relevante.

A Companhia enfrenta riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de suas atividades nos imóveis que utiliza.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, certificados de conclusão de obras (Habite-se) das construções que ocupa, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras) e em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje a Companhia entende como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades não tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que a Companhia utiliza e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas.

A Companhia pode ser afetada adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que a Companhia utiliza, inclusive afetando resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para a Companhia. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, às controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que a Companhia contrata, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso eventuais contingências venham a se consumir, elas poderão afetar material e adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente na sua reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

A Companhia não pode garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante nos resultados e na condição financeira da Companhia.

Além disso, a Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes dentro de suas instalações por empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios. Quaisquer infrações trabalhistas, danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à potencial responsabilidade solidária/subsidiária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores, ao meio ambiente e/ou a terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios, bem como o valor de seus valores mobiliários.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, têm poderes para decidir grande parte das questões sujeitas à aprovação de todos os acionistas, incluindo eleição dos administradores, distribuição e pagamento de dividendos, além de outros assuntos operacionais e administrativos (ressalvadas as disposições da Lei das S.A., que garante certas proteções e direitos aos acionistas minoritários). Dado este nível de controle sobre a Companhia, poderão surgir circunstâncias em que os interesses dos controladores estarão em conflito com os interesses dos demais acionistas, podendo afetar seus negócios de maneira adversa.

A aprovação de determinadas matérias está sujeita à prévia aprovação de Acionistas Minoritários, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

A aprovação de certas matérias pelo conselho de administração e pelos acionistas está sujeita à prévia aprovação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”). O Acordo de Acionistas dá ao BNDESPAR o direito de veto em relação às seguintes matérias: (I) Qualquer alteração dos atos constitutivos da Companhia em relação (i) ao objeto social, (ii) percentual mínimo de distribuição de dividendos, (iii) competências da Assembleia Geral, composição e funções do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, (iv) alteração da sede para outro País que não o Brasil; (v) alteração de mecanismos de restrição de poder de voto ou manutenção de dispersão acionária ou outros que possam prejudicar os direitos da

4.1 Descrição dos fatores de risco

BNDESPAR previstos no Acordo de Acionistas; (II) Reorganizações societárias (fusão, incorporação, cisão ou incorporação de ações) em que a Companhia ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte, exceto operações exclusivamente internas, assim entendidas como aquelas que envolvam apenas (a) a Companhia ou uma subsidiária integral da Companhia, de um lado; e (b) qualquer das subsidiárias integrais da Companhia, de outro lado; (III) redução de capital, resgate ou recompra de ações, exceto pelas operações exclusivamente internas, assim entendidas como aquelas que envolvam exclusivamente: (a) a Companhia ou uma subsidiária integral da Companhia, de um lado; e (b) qualquer das subsidiárias integrais da Companhia, de outro lado; ou aquelas de outra forma inseridas no contexto de uma Reorganização Societária; (c) a Companhia, de um lado, e executivos e/ou colaboradores da Companhia ou de suas subsidiárias, de outro, relativas às ações objeto de planos de opção de compra de ações da Companhia; (IV) Transformação do tipo societário da Companhia; (V) Liquidação, dissolução, cessação do estado de liquidação e extinção da Companhia; (VI) Autorização aos administradores da Companhia para requerer falência, recuperação judicial, extrajudicial ou procedimento similar da Companhia; (VII) Alterações à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Caso o BNDESPAR exerça o direito de veto, os Acionistas Controladores deverão votar no sentido de rejeitar a matéria em questão. Além disso, ficam os Acionistas Controladores obrigados a eleger, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, membro por este indicado para integrar, durante a vigência do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração da Companhia. Essas exigências e restrições podem vir a impactar o rumo da administração da Companhia e, podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações emitidas pela Companhia em curto espaço de tempo, pode fazer com que o preço de mercado das ações emitidas pela Companhia diminua, ainda que temporariamente.

O preço de mercado das ações emitidas pela Companhia poderá cair caso haja emissão ou venda de quantidade substancial das ações emitidas pela Companhia e/ou por acionistas detentores de participações significativas, conforme aplicável, ou caso haja percepção de que ocorrerá esta venda.

Além disso, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, o que pode limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia.

c. suas controladas e coligadas

A Companhia pode enfrentar dificuldades em entregar os resultados esperados nos planos de negócios das empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

É possível que a Companhia não obtenha os resultados esperados de suas aquisições. O processo de integração de empresas adquiridas pode sujeitar a Companhia a riscos, como, por exemplo: (i) despesas não previstas; (ii) impossibilidade de integração das atividades no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos; (iii) possíveis atrasos relacionados à integração das operações das companhias; (iv) exposição a potenciais demandas judiciais; e (v) ações movidas contra a empresa adquirida desconhecidas no momento de sua aquisição. A Companhia pode não ser bem-sucedida ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer outra operação futura, e em suas receitas e operações, podendo ser afetada negativamente pelas empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

Resultados negativos de controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia possui participação direta e indireta em algumas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios, o que poderá impactar no valor de seus valores mobiliários.

d. seus administradores

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Ainda que seja capaz de contratar, treinar e manter profissionais qualificados, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto.

A eventual perda dos nossos principais administradores e a nossa dificuldade de atrair e manter profissionais qualificados pode causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

e. seus fornecedores

Certos equipamentos, hardware e software estão sujeitos a burocracias e riscos relacionados à importação ou são adquiridos de um número exclusivo ou limitado de fornecedores.

As restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos equipamentos, hardware e software, principalmente servidores e modems, e as localizações geográficas dos fabricantes ou fornecedores internacionais desses equipamentos, hardware ou software, apresentam certos riscos, incluindo: (i) vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os equipamentos hardware e software são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda

4.1 Descrição dos fatores de risco

estrangeira; (ii) dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de tais equipamentos, hardware e software; (iii) limitação ou exclusividade do número de fornecedores; ou (iv) imposição de burocracia adicional como direitos aduaneiros ou outros direitos sobre equipamentos, hardware ou software que são importados. Caso quaisquer desses riscos se concretizem, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes, em tempo hábil ou permanentemente, ou podem afetar os preços dos seus produtos e serviços, podendo ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser vinculada a procedimentos irregulares praticados por sociedades com as quais tem relação comercial de revenda de produtos.

A Companhia não tem controle sobre as operações das sociedades com as quais tem relações comerciais de compra e venda de produtos. A identificação de irregularidade trabalhista, previdenciária e/ou ambiental junto a essas empresas e seus contratados pode gerar interrupção do fornecimento de produtos e a interpretação de que a Companhia é responsável pelo ocorrido, o que pode ensejar dano à marca e/ou imagem da Companhia e, em consequência, perda de atratividade por parte dos clientes, com impacto direto na redução de receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor dos valores mobiliários da Companhia. Ademais, de acordo com as leis brasileiras, se fornecedores terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, previdenciárias e ambientais, a Companhia ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas, passivos ambientais e outras penalidades que podem nos afetar de forma material e adversa. Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, como as empresas que atuam nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser incluída no polo passivo de eventuais processos e eventualmente obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais, situação financeira, negócios e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia utiliza softwares de terceiros que dificilmente podem ser substituídos e eventualmente podem causar erros ou falhas em seus produtos e serviços.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Estes softwares podem não permanecer disponíveis para a Companhia em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de seus produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por terceiros ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos sistemas, produtos e serviços da Companhia, o que poderia prejudicar as atividades da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos serviços da Companhia, o que poderia prejudicar os resultados operacionais, afetando adversamente seus resultados e custos operacionais, bem como o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Alguns dos produtos e serviços da Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou forçar a Companhia a pagar taxas de licenciamento mais altas.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Em relação aos softwares onde a Companhia é licenciada por terceiros, não há garantia de que a Companhia será capaz de substituir linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos clientes ou negócio da Companhia continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo, caso quaisquer licenças sejam terminadas ou suspensas pelo terceiro licenciante.

Ademais, enquanto a Companhia utilizar linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas e também que Companhia poderá manter eventuais sublicenciamentos. As mudanças nas licenças de terceiros utilizadas pela Companhia podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de a Companhia incorrer em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de seus produtos ou serviços.

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que a Companhia utiliza para desenvolver produtos ou serviços podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de negócios, afetando adversamente resultados operacionais, situação financeira, negócios e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia utiliza softwares Open Source para realizar as modificações e alterações de software para seus clientes. Esses softwares Open Source podem trazer restrições aos seus clientes e conseqüentemente impactar negativamente os negócios da Companhia.

A Companhia realiza atividades de transformação digital onde customiza/transforma/modifica softwares para clientes, de modo a atendê-los em demandas específicas. Considerando que essas customizações/transformações/modificações são de titularidade dos clientes, bem como a utilização de softwares Open Source pela Companhia como por exemplo Linux, node, Kafka, elasticsearch, kibana, apache, postman, mysql, mongodb, Docker, kubernetes, rancher, openshift, dentre outros, nessas customizações/transformações/modificações, os clientes da Companhia podem vir a sofrer restrições

4.1 Descrição dos fatores de risco

indesejadas em relação aos resultados dessas customizações/transformações/modificações, como por exemplo a obrigação de divulgar código fonte e/ou restrição de comercialização e distribuição. Essas restrições podem impactar negativamente os clientes, e consequentemente a Companhia, vez que, caso os clientes se sintam prejudicados, poderão ingressar com ações judiciais pleiteando eventuais direitos que julguem devidos, ou ressarcimento por danos causados.

A Companhia depende de tecnologias de terceiros, às quais poderá deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, o que poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Portanto, para prestar seus serviços, a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia, da assistência técnica e de treinamentos de terceiros de forma não exclusiva, como a SAS, Blueprism, IBM, entre outros. Em relação aos softwares licenciados à Companhia e por ela sublicenciados, as respectivas tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, pode não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças na estrutura de preços.

Mudanças ou perdas dessas licenças ou negociações desfavoráveis à Companhia podem aumentar os custos com licenças e levar à redução de desempenho dos serviços da Companhia. Além disso, a tecnologia licenciada de terceiros está sujeita a erros que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso das atividades da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode incorrer em custos adicionais para assegurar o desempenho dos seus serviços, ou sofrer atrasos na prestação de serviços até a reposição da tecnologia, caso possível. Esses possíveis erros, atrasos ou omissões que tiver em relação a tecnologia de terceiros podem afetar negativamente os negócios da Companhia, bem como prejudicar o relacionamento comercial com os clientes.

f. seus clientes

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes em vendas a prazo.

A venda a prazo para clientes da Companhia é prática fundamental para atuação competitiva em seus mercados de atuação. Ao realizar vendas a prazo, a Companhia assume os riscos de inadimplência de seus clientes, o que pode ser afetado pelo desempenho da economia, alta de juros e risco de crédito, impactando diretamente nos recebíveis da Companhia. Portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não se pode garantir que a Companhia será capaz de reaver o valor total do saldo devedor de qualquer contrato de venda a prazo, o que poderia ocasionar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, desequilíbrios entre custo

4.1 Descrição dos fatores de risco

e vencimento dos recursos captados no mercado contra aqueles recursos a receber dos clientes poderão afetar de forma negativa e substancial seus resultados e o valor de seus valores mobiliários.

Os contratos comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes, bem como com seus fornecedores podem ser rescindidos imotivadamente, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia

Os contratos comerciais relevantes celebrados pela Companhia com seus clientes, voltados à prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação, em especial serviços de suporte técnico para software, desenvolvimento e manutenção de produtos de software e desenvolvimento de sistemas, bem como contratos comerciais celebrados com seus fornecedores, estes relacionados à prestação de serviços de benefícios de alimentação aos seus funcionários, trazem a possibilidade de rescisão imotivada por ambas as partes. Caso tais contratos sejam rescindidos imotivadamente pelas contrapartes, os negócios da Companhia podem ser impactados negativamente.

A alta concentração da receita da Companhia em poucos clientes pode impactar nos resultados da Companhia, caso qualquer desses clientes enfrente problemas financeiros ou na hipótese de descontinuação da relação com a Companhia

Parte relevante da receita da Companhia é concentrada em poucos clientes.

Caso qualquer um destes clientes enfrente dificuldades financeiras – ou caso o contrato com a Companhia venha a ser encerrado ou não renovado – a Companhia poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, o valor dos valores mobiliários da Companhia poderá ser impactados negativamente.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia pode não ser capaz de adaptar seus negócios aos avanços tecnológicos observados em seu setor de atuação e sua capacidade de manter e expandir seus mercados pode ser adversamente afetada.

A rápida evolução tecnológica no setor de TI é um risco permanente nos mercados em que a Companhia atua. Os padrões tecnológicos estão sujeitos à rápida evolução, de forma que a Companhia não pode garantir que os padrões com base nos quais optou por desenvolver novos serviços permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. A adaptação às mudanças tecnológicas pode envolver investimentos substanciais, podendo afetar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia opera em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar adversamente a sua participação nestes mercados e estratégia de preços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado de software e serviços para empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e a Companhia pode ter dificuldade, ou até mesmo ser incapaz, de competir com sucesso nesse mercado. A concorrência no mercado brasileiro de serviços de TI é extremamente fragmentada, sendo formada por pequenas e médias empresas. Os fornecedores geralmente operam com escopo reduzido de atuação, focando em nichos específicos (por exemplo, câmbio, crédito, fundos, tesouraria, etc.). Além disso, há um pequeno número de concorrentes globais que geralmente operam com escopo amplo de atuação, fornecendo uma ampla gama de softwares e serviços.

O mercado de software e serviços para as empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e poderá se tornar ainda mais competitivo caso a entrada de um maior número de fornecedores globais se concretize. Adicionalmente, a Companhia poderá ser incapaz de competir com sucesso nesse mercado.

Some-se a isso, que a Companhia compete com algumas das maiores empresas mundiais de TI. Por possuírem mais recursos financeiros, de marketing, tecnológicos e outros, além de maior e mais diversificada base de clientes do que a Companhia, essas empresas têm capacidade de expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários. Mudanças tecnológicas ou nos rumos de terceirização podem contribuir para o fortalecimento desses concorrentes ou surgimento de novos.

O aumento da concorrência e demais fatores aqui elencados podem afetar de forma negativa e substancial os resultados da Companhia e o valor de seus valores mobiliários.

A queda na demanda por serviços terceirizados de TI pode impactar os resultados operacionais da Companhia.

A maior parte dos clientes da Companhia se concentra nos setores de serviços financeiros e de telecomunicações. O sucesso do negócio da Companhia depende da demanda continuada por serviços terceirizados de TI nesses setores. Os clientes da Companhia podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Os principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam da Companhia. Ademais, pode não haver renovação dos contratos. No vencimento dos contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento seguindo tendências do setor, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A eventual redução na demanda pelos serviços que a Companhia oferece poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade de crescimento da Companhia e de desenvolvimento de seu negócio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do seu negócio depende da demanda por seus produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis ou oscilações em quaisquer outros fatores que afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários ou fechamentos de negócios por seus clientes de forma generalizada podem reduzir o seu poder de compra e, conseqüentemente, diminuir a demanda por serviços de tecnologia por empresas de todos os portes, empreendedores e profissionais liberais que sejam seus clientes. Nesses casos, seus clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de seus serviços tecnológicos.

Uma vez que a Companhia é prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda pelos serviços da Companhia, sua receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recessão de 2008. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que comprometerá a capacidade de manter ou expandir seus negócios, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de valores mobiliários da Companhia.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

O setor de tecnologia da informação atualmente conta com incentivos tributários relacionados ao Plano Brasil Maior, cuja descontinuidade poderá prejudicar os resultados.

O Plano Brasil Maior é um plano do Governo Federal idealizado para o período 2011-2014 que tinha como objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. Esse plano previa um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno relacionadas, por exemplo, a desonerações tributárias, financiamentos à inovação e aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia. Como parte das medidas do plano, em 14 de dezembro 2011 a Presidência da República sancionou a Lei 12.546/11, que alterou até 31 de dezembro 2014 a incidência de contribuições previdenciárias (“INSS Patronal”) devidas pelas empresas que prestam serviços de tecnologia da informação e tecnologia da informação e comunicação. De acordo com essa Lei, o regime tributário passou a ser de contribuição previdenciária sobre a receita bruta (“CPRB”) à alíquota de 2,50%, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições na Lei 8.212/91, de 20% sobre o total das remunerações pagas. Na interpretação da administração, a Lei 12.546/11 era favorável à Companhia e a outras empresas que apresentem alto grau de formalização de suas relações trabalhistas. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 563, de 03/04/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.715, de 17/07/2012,

4.1 Descrição dos fatores de risco

reduziu a alíquota da CPRB aplicável ao setor para 2,0%, com efeitos a partir de agosto de 2012. Posteriormente, a Presidência da República sancionou a Lei 13.161, de 31 de agosto 2015, que majorou a alíquota da CPRB aplicável à Companhia de 2,0% para 4,5% a partir de 1 de dezembro 2015, bem como tornou o regime optativo. Com a aprovação da Lei 13.670, de 30/05/2018, a vigência do regime da CPRB limitada até 31 de dezembro de 2020, sendo esse prazo prorrogado até 31 de dezembro de 2021 pela Lei 14.020, de 06 de julho de 2020. O prazo foi novamente prorrogado, em 31 de dezembro de 2021, pela Lei 14.288, até 31 de dezembro de 2023. Com isso, a partir de 2024, a Companhia poderá voltar a pagar a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre o total das remunerações pagas em substituição à CPBR de 4,5% sobre receita bruta. O retorno da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre folha e outros aumentos da alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal que possam vir a ser aprovados poderão afetar materialmente os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou em suas interpretações, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão, cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais e/ou incentivos fiscais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia, uma vez que que podem impactar a demanda do consumidor pelos produtos da Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária, o que pode aumentar os preços que a Companhia cobra por seus produtos, restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia ou em eventual questionamento quanto a utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades, a Companhia poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia. Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance,

4.1 Descrição dos fatores de risco

incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria (i) três tributos federais - IPI, PIS e COFINS; (ii) um estadual - o ICMS, e (iii) um municipal - o Imposto Sobre Serviços (ISS), para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os tributos incidentes ou regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, bem como qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia poderão afetar, diretamente ou indiretamente, os negócios, resultados e sua condição financeira da Companhia.

A Companhia também está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais.

Ainda, em relação aos processos em face da Companhia envolvendo matérias fiscais e tributárias, a Companhia não pode garantir que os seus provisionamentos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira, bem como o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, determinando, em síntese, que o tratamento deve ocorrer somente quando existir finalidade específica e base legal aplicável. A lei ainda elenca princípios, obrigações, responsabilidades e sanções administrativas.

Se houver descumprimento das obrigações previstas, a exemplo: ausência de requisição de consentimento informado de forma destacada aos titulares para coleta, uso e armazenamento de seus dados; coleta de dados além do necessário; desvio de finalidade para a qual os dados foram coletados; ausência de fundamento legal para tratamento; não adoção de medidas técnicas e administrativas para preservação da segurança física e lógica das informações; descumprimento de prazos para apresentação de documentos às autoridades competentes ou respostas aos titulares; incidentes envolvendo vazamento de dados; dentre outros, a Companhia poderá sofrer a sanções administrativas dispostas na LGPD, quais sejam (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R\$50.000 mil por violação; (iii) multa diária, limitada a R\$ 50.000 mil por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Também poderá ser imputado à Companhia o ônus financeiro dos esforços de reparação e remediação em relação a terceiros prejudicados.

A desconformidade em relação à LGPD pode acarretar, ainda, relevante risco reputacional, prejudicando a imagem da Companhia no mercado, especialmente perante clientes e investidores que, com a ascensão dos problemas e preocupações relacionados à privacidade, estão centralizando este tema em suas pautas.

Considerando o volume expressivo de dados pessoais tratados pela Companhia, esta pode estar particularmente vulnerável a incidentes envolvendo dados pessoais, o que, de acordo com a LGPD, constituiria uma violação às suas disposições, conseqüentemente, sujeitando a Companhia a sanções administrativas (financeiras ou não) previstas na LGPD e nas demais leis vigentes aplicáveis à Companhia, prejudicando os resultados da Companhia e a sua reputação, e, conseqüentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

Mudanças na Lei do Bem podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

A Companhia se beneficiou recentemente de incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (“PD&I”) tecnológica previstos na Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”), regulamentada pelo Decreto 5.798/06, que possibilita a recuperação de pelo menos 20% dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

dispêndios realizados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submete informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (“MCTIC”) sobre os dispêndios efetuados no ano anterior em atividades de PD&I. Entretanto, não pode garantir que os pleitos serão aprovados ou que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. O último período do benefício homologado pelo MCTIC à Companhia foi do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que os pleitos da Companhia referentes aos demais exercícios ainda estão em fase de avaliação pelo MCTIC. Assim, caso esses benefícios não sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados, bem como o valor de seus valores mobiliários.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Diante de seguidos rebaixamentos de rating de crédito soberano do Brasil, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro vão sendo afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual situação fiscal do Brasil poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2-estável e BB-negativo, pela Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch, respectivamente.

Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, sua reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação do setor financeiro poderão exigir adequação dos sistemas, o que poderá afetar a Companhia de forma adversa.

Caso venham a surgir novas regras e leis aplicáveis ao setor financeiro (como, por exemplo, a criação ou extinção de tributos, a alteração na estrutura dos produtos financeiros, etc.), os softwares comercializados pela Companhia ou utilizados na prestação de serviços precisarão ser substituídos ou atualizados de forma a adequar-se às novas normas, sendo necessários investimentos adicionais em treinamento e adaptação que podem acarretar em maiores custos para Companhia sem necessariamente serem repassados aos clientes, o que poderá afetar os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações e valores mobiliários.

As operações, os negócios, a situação financeira, bem como o valor das ações da Companhia poderão ser afetados negativamente por novas leis e regulamentações editadas por autoridades governamentais, especialmente em relação às atividades de terceirização de processos de negócios.

A imposição de leis, proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios e serviços, pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia. No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de

4.1 Descrição dos fatores de risco

personalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. No entanto, com a advento da Lei 13.429/17 (“Lei de Terceirização”), a terceirização passou a ser regulamentada, prevendo inclusive a terceirização da atividade-fim, sem prejuízo da observância dos requisitos ensejadores da configuração de vínculo empregatício, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”). Nesse aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por seus clientes, os negócios serão adversamente afetados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia tem subsidiária em Nova York, sendo que 8,80% da receita líquida consolidada vem desta operação. O principal risco que a Companhia pontua com relação a este mercado é o nível de concorrência e competitividade. A concorrência, especialmente de empresas indianas ou com base operacional na Índia, é intensa. A estratégia da Companhia está baseada na capacidade de identificar nichos específicos de mercado e de identificar profissionais especializados para estes nichos. Caso a Companhia perca esta capacidade, terá dificuldade em manter sua posição e, conseqüentemente, os valores mobiliários da Companhia poderão ser afetados adversamente.

j. questões sociais

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.

A exposição a riscos sociais varia de acordo com as características específicas de cada companhia, do seu setor de atuação e de sua localização geográfica, de forma que cada empresa deverá considerar tais peculiaridade para definir os riscos sociais considerados materiais, segundo sua estratégia e modelo de negócios. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades. Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela conseqüentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um ambiente de trabalho identificado como hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e

4.1 Descrição dos fatores de risco

sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação. No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

k. questões ambientais

Por ser uma Companhia prestadora de serviços, a Companhia entende que suas atividades implicam em baixo risco relacionados a questões ambientais.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera como o aumento das temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais.

As expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias e/ou sociais. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não há outras informações relevantes com relação a este item 4.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- Riscos relacionados à execução de contratos com clientes;
- Risco relacionado a capacidade de atrair novos clientes, manter seus atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os seus clientes atuais.
- Risco relacionado ao repasse integral aos clientes de aumentos de custos decorrentes de fatores externos.
- Risco relacionado a capacidade de atrair e manter pessoal qualificado, a concorrência por tais profissionais pode aumentar os custos da Companhia e prejudicar seus resultados operacionais.
- Risco relacionado a capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes de forma a acompanhar a evolução tecnológica;

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco da Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicadas acima que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, que reduzam o ganho com suas aplicações financeiras ou que impactem a demanda por seus produtos.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia e suas controladas totalizavam R\$ 41.757 mil, dos quais R\$ 33.178 mil estavam indexados ao CDI e o valor remanescente, de R\$ 8.579 mil, indexado à taxa pré-fixada, e em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia e suas controladas totalizavam R\$ 61.689 mil, dos quais R\$ 52.493 mil estavam indexados ao CDI, R\$ 1.618 mil estavam indexados à Libor e o valor remanescente, de R\$ 7.578 mil, indexado à taxa pré-fixada.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

No período encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros considerando a taxa CDI, com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco. Sendo assim foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco redução	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
Aplicações financeiras consolidadas (Nota 5 (ii))	146.421	CDI	12,37%	9,90%	8,25%
Receita financeira estimada			18.112	14.490	12.075

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco Aumento	Cenário provável I	Cenário provável II	Cenário provável III
		CDI	12,37%	15,46%	18,56%
Empréstimos e financiamentos (Nota 15a)	134		17	21	25
Debentures (Nota 16)	33.044		4.088	5.109	6.131
Despesa financeira estimada			4.105	5.130	6.156

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Risco Cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior. A Companhia não realiza a análise de sensibilidade para a sua exposição cambial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

a. juízo

b. instância

c. data de instauração

d. partes no processo (Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes)

e. valores, bens ou direitos envolvidos

f. principais fatos

g. resumo das decisões de mérito proferidas

h. estágio do processo

i. se a chance de perda é:

i. provável

ii. possível

iii. remota

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

k. análise do impacto em caso de perda do processo

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes da atividade que exerce e dentro dos parâmetros esperados. Tais processos dizem respeito, principalmente, a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Companhia é parte em 132 processos judiciais e administrativos, os quais possuem chance de perda provável, possível e remota, relacionados a questões tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias, dentro do curso normal dos seus negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados os processos os quais, com base na análise e avaliação da Companhia, com suporte dos seus assessores jurídicos, bem como no julgamento de seus negócios, poderiam influenciar decisões de investimento.

Foram considerados relevantes os processos em razão do valor envolvido (acima de R\$ 1.000.0000,00) ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida (i.e., riscos reputacionais).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre eventual provisionamento e o seu valor.

Adicionalmente, em relação aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia apresentou, em milhares, as seguintes provisões para ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, conforme abaixo indicadas: para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2022, 2021 e 2020 as provisões e o valor total dos processos com probabilidade de perda provável eram de R\$ 5.249 mil, R\$ 6.435 mil e R\$ 2.395 mil, respectivamente.

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como parte em 92 (noventa e duas) reclamações trabalhistas, o que equivale índice de 3.39% do total do número de funcionários com contratos vigentes em tal período.

Referidas ações trabalhistas, de maneira geral, versam sobre horas extras, adicional noturno, diferenças salariais decorrentes da incorporação de PPR, danos morais, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimentos de vínculo com empresas tomadoras dos serviços prestados pela Companhia entre outros.

Das 92 (noventa e duas) ações trabalhistas movidas por ex-empregados da Companhia, 50 (cinquenta) possuem pedidos indiretos, de condenação subsidiária ou solidária, da Companhia, 42 (quarenta e dois) possuem pedido expresso e direto em face da Companhia e 68 (sessenta e oito) ações foram distribuídas antes da Reforma Trabalhista, em 11/11/2017. Quanto ao mérito, as pretensões versam sobre reconhecimento do vínculo empregatício, incorporação do PPR, horas extras, equiparação salarial, adicional periculosidade etc.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os casos avaliados como “prováveis” são contingenciados pelo valor total fixado para a condenação ou expectativa, por cálculos internos da Companhia, do valor potencialmente devido pela Companhia em caso de condenação.

Os casos trabalhistas mais relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas são parte estão citados abaixo, tendo como data-base 31 de dezembro de 2022.

1) Processo nº 0000427-65.2015.5.02.0074	
a. Juízo:	74º VT/SP
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	06/03/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: P. C. M RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 700.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, verbas rescisórias, danos morais, integração do PPR ao salário, férias e horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 1ª instância, em execução definitiva, onde as partes estão discutindo os cálculos que entendem devidos.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
2) Processo nº 0002722-11.2015.5.02.0063	
a. Juízo:	63º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	10/12/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: L. M. O RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 600.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, a execução provisória derivada do processo principal encontra-se na 3ª instância.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
3) Processo nº 1002243-24.2015.5.02.0702	
a. Juízo:	02º VT/SP-Zona Sul
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	16/12/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: N. O. E. RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.000.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, adicional de evolução salarial, integração do PPR ao salário, férias, danos morais e multas normativas. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo está na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

4) Processo nº 1000616-71.2017.5.02.0004	
a. Juízo:	04º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	12.04.2017
d. Partes no Processo	AUTOR: S. C. S. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 50.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
5) Processo nº 1000805-24.2016.5.02.0056	
a. Juízo:	56º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	12.05.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: T. L. P. D. A. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 378.377,29
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
6) Processo nº 1000168-41.2016.5.02.0002	
a. Juízo:	02º VT/SP
b. Instância:	2ª
c. Data de Instauração:	05.02.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: W. M. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.000.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 2ª instância, aguardando julgamento dos recursos das partes.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
7) Processo nº 1001682-11.2017.5.02.0708	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

a. Juízo:	08º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	03.10.2017
d. Partes no Processo	AUTOR: L. H. R. N. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 40.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento dos recursos das partes.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
8) Processo nº 1001682-11.2017.5.02.0708	
a. Juízo:	33º VT/RJ
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	02.09.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: E. J. N. S. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 100.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento dos recursos das partes.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

Contingências Tributárias e Cíveis

A Companhia, na data base de 31 de dezembro de 2022, é parte em 40 (quarenta) processos judiciais/administrativos que versam sobre matéria tributária e cível, sendo 23 (vinte e três) como autora e 17 (dezessete) como ré.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os casos tributários e cíveis mais relevantes estão descritos a seguir:

1-a) Processo nº 5004764-53.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	14.10.2019
d. Partes no Processo	AUTORA: Companhia RÉ: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.434.412,48 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).
f. Principais fatos:	Visa o oferecimento antecipado de garantia (seguro garantia) em caução aos débitos consubstanciados nos autos de infração nºs 51.061.655-0 e 51.061.656-9. Em 02/09, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.
g. Chance de Perda é:	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
1-b) Processo nº 5005444-38.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	26.11.2019
d. Partes no Processo	AUTORA: União Federal RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.608.613,43 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).
f. Principais fatos:	Visa a anulação dos débitos que, por intermédio dos processos administrativos fiscais nºs 15956.720318/2014-01 E 15956.720354/2014-66 (autos de infração nºs 51.061.655-0 E 51.061.656-9), a fiscalização exigiu da Companhia, no período compreendido entre 01/2011 e 12/2011, o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados à título do que entendeu serem salários e não adiantamentos de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Trata-se de débitos oriundos da descaracterização de pagamentos de PLR efetuados pela Companhia. A fiscalização considerou que os valores pagos à título de PLR eram salários, e que as simulações seriam em cima de mútuos (apenas para alguns empregados). Em 2 de setembro de 2021, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Chance de Perda é:	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
1-c) Processo nº 5001716-52.2020.4.03.6144 (apenso)	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	04.03.2020
d. Partes no Processo	AUTORA: Companhia RÉ: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.608.613,43 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).
f. Principais fatos:	Embargos à Execução fiscal. Anulação dos débitos de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados a título do que entendeu serem adiantamentos de PLR. Em 2 de setembro de 2021, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
2) Processo nº 04/354.437/2015	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	28.08.2015
d. Partes no Processo	AUTUADA/ IMPUGNANTE: Companhia AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 85.847,733,03
f. Principais fatos:	Trata-se de Auto de Infração para exigir: (a) diferença de ISS incidente sobre o valor dos serviços tributados pelo ISS à alíquota reduzida de 2%, mas que, no entender da fiscalização, deveriam ter sido tributados à alíquota de 5%, em razão de supostamente não terem a natureza de desenvolvimento de software por encomenda, mas, sim, a de consultoria e suporte em informática, processamento de dados e licenciamento de programas; sobre o valor do referido ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 60% e multa de mora; (b) débitos autônomos correspondentes a acréscimos moratórios devidos sobre ISS recolhido em atraso, por ter a fiscalização entendido que determinados serviços teriam sido prestados em meses anteriores à emissão das

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>respectivas notas fiscais; sobre o valor dos débitos autônomos foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 50% e multa de mora;</p> <p>(c) ISS incidente sobre serviços faturados por estabelecimentos localizados fora do Município do Rio de Janeiro a clientes localizados neste Município, em razão de a fiscalização ter entendido que tais serviços deveriam ter sido faturados pelo estabelecimento localizado no Rio de Janeiro; sobre o valor do ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 90% e multa de mora; e</p> <p>(d) ISS incidente sobre remuneração relativa a licenciamento de software; sobre o valor do ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 60% e multa de mora.</p> <p>Atualmente, a Companhia aguarda a decisão de Recurso Voluntário.</p>
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
3) Processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	31.08.2018
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.069.789,34
f. Principais fatos:	<p>Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios n. 170156/2018 e 170157/2018).</p> <p>O Consórcio composto pela Companhia, CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades previstas contratualmente.</p> <p>Segundo a CEF, as falhas imputadas ao Consórcio lhe geraram um prejuízo de R\$ 49.016,50 e outro de R\$ 2.009.773,34.</p> <p>O Consórcio pretende a declaração de nulidade dos procedimentos administrativos instaurados pela CEF para apuração das infrações e, ainda, concessão de tutela de urgência para que a CEF se abstenha de fazer a</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>compensação do valor da indenização com os créditos detidos pelo Consórcio ou execute o seguro garantido apresentado pelo Consórcio no âmbito do contrato administrativo firmado com a CEF.</p> <p>A tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a referida decisão, o qual foi autuado sob o nº 103331-58.2018.4.01.0000. O Consórcio requereu a produção de prova pericial de informática e contábil. Aguarda-se o início da produção da prova pericial.</p>
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.
4) Processo nº 1007434-76.2019.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	22.03.2019
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.166.532,98
f. Principais fatos:	<p>Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios 16-00117/2018/GILOG/BR e 16-0136/2019/GILOG/BR).</p> <p>O Consórcio é composto pela BRQ Soluções em Informática S.A., CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades.</p> <p>Segundo a CEF, a falha na prestação do serviço lhe gerou um prejuízo de R\$2.166.532,98. O Consórcio pretende a extensão da tutela de urgência deferida no âmbito do processo nº processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400 para essa ação e, assim, a CEF não possa realizar a compensação com os valores devidos ao Consórcio. A distribuição por conexão foi reconhecida e a tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a decisão que deferiu a extensão da tutela de urgência, o qual foi distribuído sob o nº 1014198-93.2019.4.01.0000.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em 14.09.2020 foi determinada suspensão do processo até a conclusão da instrução do processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio
5) Processo nº 1022786-40.2020.4.01.3400	
a. Juízo:	21ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	16/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: C.E.F. RÉ: Consórcio BRQ/CAST
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 986.089,19
f. Principais fatos:	Trata-se de ação de cobrança movida pela CEF contra o Consórcio, na qual a CEF alega ter sofrido o prejuízo de R\$986.089,17 em decorrência de falha na prestação do serviço do Consórcio. Aguarda-se manifestação sobre a instrução probatória, em virtude do pedido do Consórcio de realização de prova pericial de informática e contábil.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor provisionado é decorrente dos casos avaliados como probabilidade de perda “provável” e corresponde à importância de R\$ 5.249 mil, R\$ 6.435 mil e R\$ 2.395 mil em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Até a presente data não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração. A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021 são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia adota estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta, como riscos de taxa de juros e riscos cambiais, melhor descritor no item 4.3 do presente Formulário de Referência.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a área de Controles internos, riscos e compliance que está subordinada à alta administração da Companhia, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, submete as políticas adotadas e ações planejadas à apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos permite o monitoramento e avaliação periódica dos riscos relacionados aos negócios e os possíveis impactos nas operações ou nas demonstrações financeiras e são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

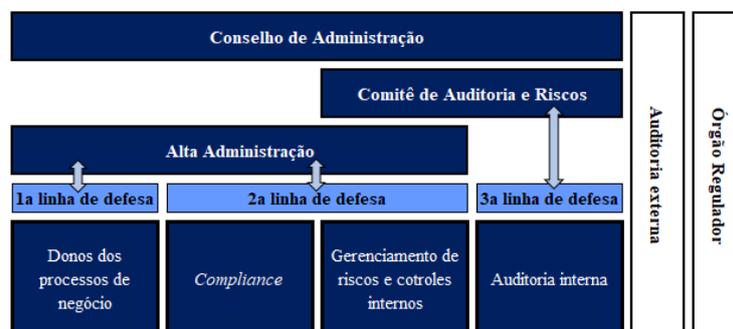
5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A gerência de controles internos que tem como principal atribuição manter atualizada a matriz geral de riscos e controles e a classificação de risco desses controles no intuito de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, de modo a evitar distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações. Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três linhas de defesa demonstradas abaixo com suas respectivas atribuições:



A auditoria interna da Companhia atua na avaliação da conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, das demonstrações contábeis e os controles associados e de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira e procedimentos internos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. O plano anual de auditoria é acompanhado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia está alinhada às melhores práticas de controles internos, bem como atesta o correto funcionamento do ambiente de seus controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos seus controles internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

A administração acredita que sua estrutura de Governança Corporativa e o sistema de controles internos da Companhia é compatível com o porte e com a complexidade de seus negócios

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, é o principal órgão da administração responsável pelo gerenciamento dos controles internos, conta com o suporte da Gerência de Controles Internos para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis. A área de auditoria interna que se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia contrata ainda empresa responsável pela sua auditoria interna – atualmente Baker Tilly - que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é recomendado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes elaboram relatório com seus entendimentos sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados, sem, contudo, expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

Como resultado desses estudos e avaliações, os Auditores Independentes não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social, bem como não foram indicados pontos relevantes relacionados aos controles internos da Companhia.

A Companhia sempre analisa as oportunidades de melhorias reportadas pelos Auditores Independentes na carta de recomendação e define planos de ação para a implementação das recomendações que julga pertinentes. A implementação dos planos de ação é acompanhada pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Código de Conduta, Política de Integridade, Canal de Denúncias e canal de Linha de Ética, sendo uma política perene da Companhia conduzir todas as suas atividades junto a colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais. Além disso, periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do Código de Conduta da Companhia, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

A Companhia torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva.

A Política de Código de Conduta da Companhia poderá ser acessada em sua íntegra através do seu site de relações com investidores <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/> e/ou no site da CVM/B3.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são o Código de Conduta, a Política de Integridade e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta da Companhia tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços. Nesse sentido, o Código

5.3 Programa de integridade

prevê penalidades e normas de conduta para evitar práticas de corrupção, fraude, suborno, entre outros ilícitos.

Princípios Éticos BRQ:

- O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.
- O respeito aos indivíduos referência as relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.
- A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as partes interessadas.
- A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.

5.3 Programa de integridade

A Política de Integridade, por sua vez, que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Esse instrumento foi elaborado, em atendimento e consonância com as medidas de anticorrupção estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2014.

Ainda, além do Canal de Denúncia da Companhia, foi criado um novo canal de Linha de Ética para reporte de qualquer acontecimento que não seja compatível com os valores da Companhia.

Os mecanismos de integridade da Companhia são revisados periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano) para alinhamento das melhores práticas de conduta e ética, bem como para adequação às alterações legais e normas sobre o assunto.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia é realizado pela administração da Companhia, com auxílio do Comitê de Ética.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e teve sua primeira versão aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 13.08.2019. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação. O Código de Conduta da Companhia teve sua sexta edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de junho de 2022. O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta aplica-se a todos os diretores, conselheiros de administração e empregados e abrange também a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. Cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomam conhecimento formal deste Código, que é amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da contratação do colaborador.

O Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia a dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos no Código de Conduta. O descumprimento do Código implicará penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicada advertência, suspensão, rescisão contratual e exclusão dos programas oferecidos pela Companhia.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua sexta edição (aprovada 23 de junho de 2022). O documento está disponível através da Intranet (WorkPlace) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia é interno e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, constituído e regido de acordo com o Regimento Interno próprio.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros e dos empregados da Companhia, fortalecendo ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

5.3 Programa de integridade

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Os denunciante não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Qualquer pessoa que constatar qualquer prática ou ato que sejam contrários aos estabelecidos no Código de Conduta deverá comunicar o ocorrido ao seu gestor, que, por sua vez, tem a obrigação de reportar o fato ao Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável pela apuração de denúncias.

Caso haja constatação de violação ao Código, o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e ressarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis aplicáveis.

Todas as informações registradas são recebidas pelo Comitê de Ética e são analisadas com total imparcialidade, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica, não há casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública praticados pela Companhia.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, dado que a Companhia possui em seu Código de Conduta regras relacionadas a inibir a corrupção, fraudes a licitações e outras práticas lesivas à administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANDREA RIBEIRO QUADROS					
839.196.357-87	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021	
Não			Física		
12.350.153	9,273	0	0,000	12.350.153	9,273
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES					
994.033.157-68	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021	
Não			Física		
24.700.307	18,546	0	0,000	24.700.307	18,546
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BENJAMIN RIBEIRO QUADROS					
916.346.607-49	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021	
Não			Física		
49.400.613	37,091	0	0,000	49.400.613	37,091
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasil	Sim	Não	29/11/2021		
Não			Física			
29.870.100	22,427	0	0,000	29.870.100	22,427	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA						
013.924.297-06	Brasil	Sim	Sim	29/11/2021		
Não			Física			
12.350.153	9,273	0	0,000	12.350.153	9,273	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
676.085	0,508	0	0,000	676.085	0,508	
OUTROS						
3.838.672	2,882	0	0,000	3.838.672	2,882	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
133.186.083	100,000	0	0,000	133.186.083	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000	
TOTAL						
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	16
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

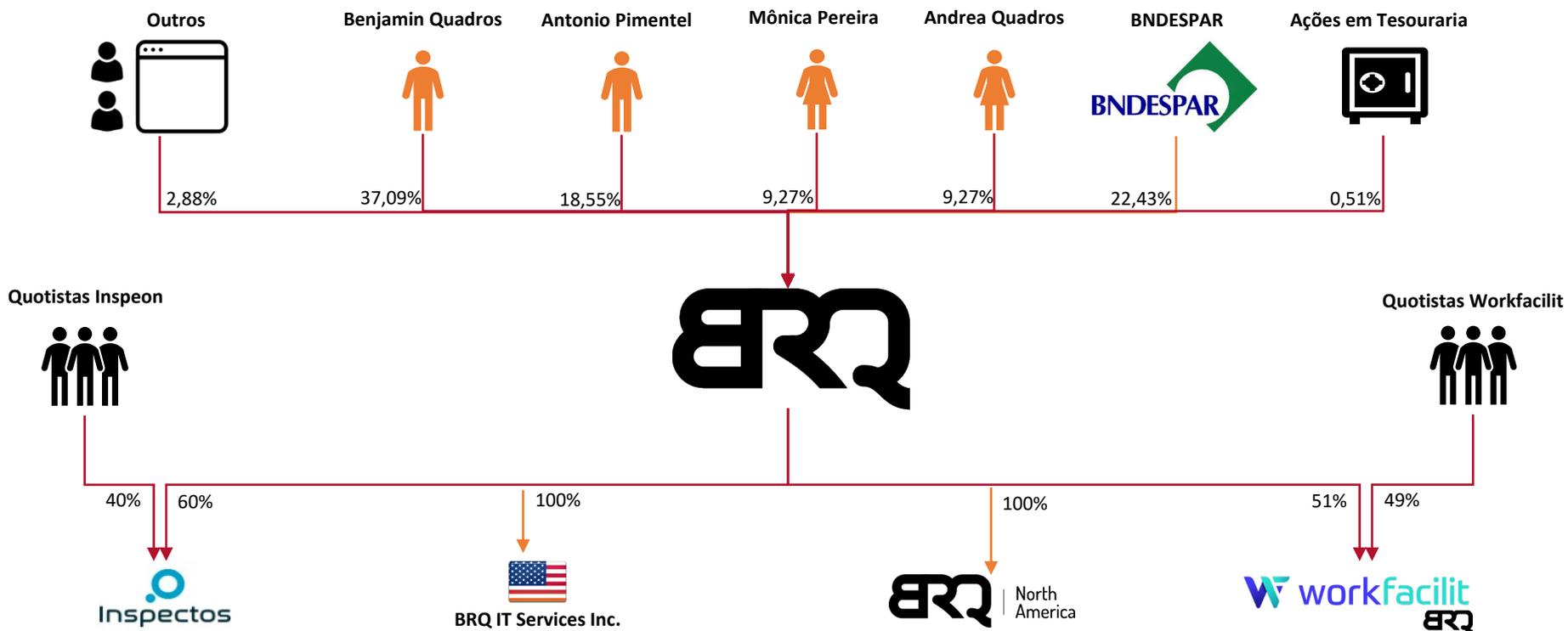
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.	36.542.025/0001-64	100,00
INSPEON SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.	35.836.076/0001-36	60,00
WORKFACILIT SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.	35.830.776/0001-13	51,00
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.	36.542.025/0001-64	100



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ESTRUTURA ACIONÁRIA - BRQ



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A política tem como objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, e de seus Comitês de Assessoramento e a Diretoria da Companhia observa o disposto na Política, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”), na Lei das S.A., bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

A indicação para composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria deverá considerar critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

O Política de Indicação da Companhia poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Indicação da Companhia é foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12.08.2021 e está disponível para consulta no site da Companhia no link <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

O Conselho de Administração reconhece que um processo de avaliação robusto e construtivo é um componente essencial de boa governança corporativa e da eficácia dos membros do Conselho de Administração e de seus Comitês.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Periodicidade de Avaliação: Anual

Abrangência: avaliação é feita tanto em relação ao órgão colegiado, quanto aos seus membros, individualmente e também pelo Presidente do Conselho de Administração.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Metodologia: O Presidente do Conselho de Administração é o principal responsável pela condução do processo de avaliação, assim como pelas devolutivas – sejam elas referentes ao desempenho do colegiado, dos comitês e/ou de seus participantes. A avaliação é feita pelo Colegiado, pelo membro avaliado e pelo Presidente do Conselho.

Critérios de Avaliação do Colegiado: i) Composição e Dinâmica: diversidade, atuação em colegiado, interação entre os membros e tomada de decisões colegiadas; ii) Pessoas e Cultura: alinhamento ao propósito, cultura organizacional e gestão de pessoas; iii) Estrutura e Processos: agendas/pautas, fluxo das informações e produtividade dos comitês de assessoramento; iv) Estratégia e Negócios: direcionamento estratégico; monitoramento da execução / desempenho; tendências / inovação; v) Riscos Corporativos e Controles Internos: gerenciamento de riscos corporativos por meio de políticas específicas; supervisionamento da efetividade do comitê de auditoria e adoção de práticas de governança corporativa.

Critérios de Avaliação Individual: i) Adequação do perfil do membro: formação e experiência profissionais, conhecimento de governança, autodesenvolvimento e educação continuada; ii) Papeis e responsabilidades: identificação com a cultura organizacional, contribuição para a efetividade do conselho / comitês, disponibilidade de tempo e preparação para as reuniões; e iii) Competências e Comportamentos: independência de posicionamentos, competências socioemocionais, atuação em colegiado.

Critérios de Avaliação Individual do Presidente do Conselho de Administração: (i) o poder de liderança, (ii) o cumprimento da agenda de reuniões, a capacidade de interação com o Diretor-Presidente e (iii) o método imparcial de avaliação de conselhos, desenvolvendo processos de avaliação justos, sigilosos e eficazes.

Resultados da Avaliação para Aprimoramento do Órgão: Baseado nos resultados da avaliação, um plano de ação é definido e mudanças nas práticas ou procedimentos são consideradas e implementadas, se aplicável, para evolução do desempenho do colegiado e individual.

iii.se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externa.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras e procedimentos a serem observados pelos acionistas diante de situações com potencial conflito de interesses com os da Companhia constam: (i) na Lei das S.A.; (ii) no Código de Ética e Conduta da Companhia; e (iii) na Política de Transação com Partes Relacionadas aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2019, em conformidade com o art. 35 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quanto à identificação de uma matéria em que o acionista seja parte relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial conflito de interesses, tem-se que: (i) o acionista envolvido deve imediatamente manifestar essa situação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou Departamento Jurídico da Companhia explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação; (ii) e, caso permaneça omissos, qualquer outro acionista que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo, ou ainda terceiro, por meio do Canal de Ética da Companhia.

Quanto aos procedimentos para administração da situação, tem-se que:

- o acionista com conflito e interesses deverá se abster de votar em deliberações sobre a matéria, podendo, contudo, participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas;
- o acionista que não se manifestar voluntariamente será investigado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que reportará a sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado àquele que incorreu na infração;
- a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

d. Por órgão

Preenchimento direto ENET

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Atualmente a Companhia não possui documento formalizado com objetivos específicos em relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

Muito se deve pelo fato da Companhia possuir um grupo restrito na administração, possuindo apenas 07 membros no Conselho de Administração. Não há Conselho Fiscal instalado.

Dito isso, é de extrema importância informar que a Companhia incentiva seus colaboradores a serem quem são!!!!

A Companhia possui grupos de diversidades/inclusão que incentivam os colaboradores a participar e compartilhar conteúdos que ajudem a sensibilizar e a conscientizar para juntos construirmos um time cada vez mais forte.

Os grupos de afinidade internos da organização servem para dar espaço para os profissionais falarem, permitindo que eles sejam protagonistas e ajudem a fortalecer uma cultura inclusiva.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

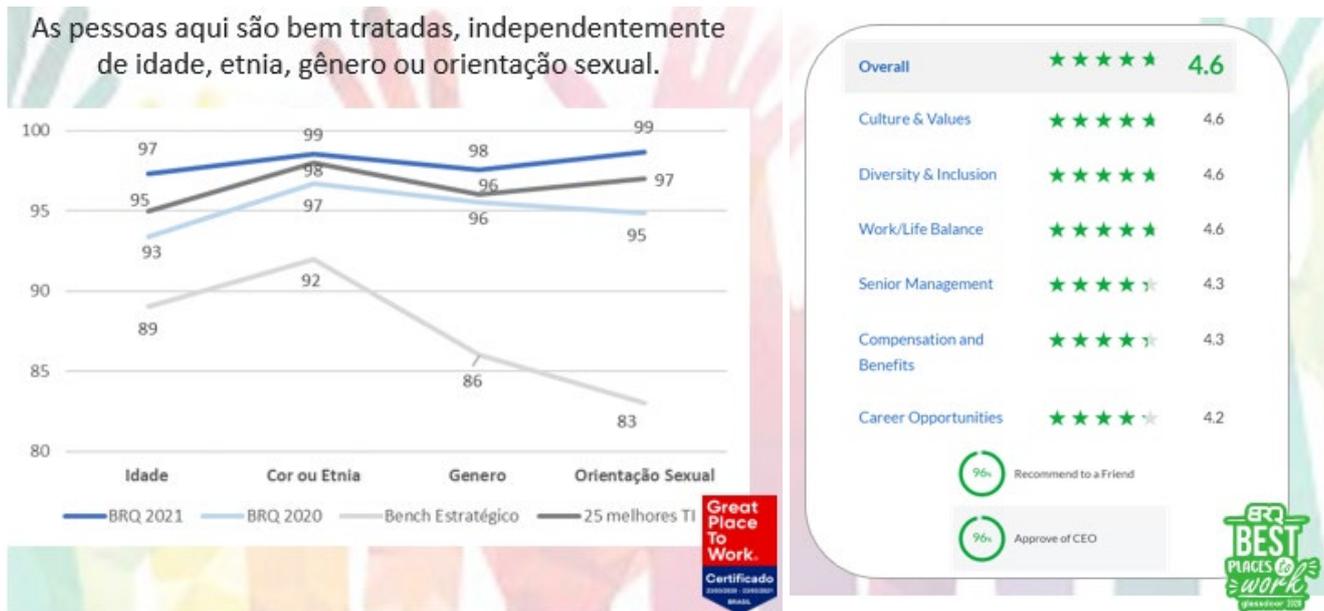
Temos hoje 3 grupos principais:

GIRLS ROAR - Foco nas Mulheres

COLORFUL ROAR - Foco na comunidade LGBTQIA+

BLACK ROAR - Foco em pessoas negras

Diversidade: 98% de nossos funcionários se sentem livres para serem quem são (GPTW 2022)



Nossas iniciativas estão focadas em duas estratégias principais: **1) Equidade** e **2) Inclusão**

- Patrocínio Cloud Girls (Evento personalizado e divulgação de vagas na comunidade com 14.000 mulheres)
- R&S em grupos de oportunidades de trabalho para grupos minoritários
- Análise histórica de promoção, reconhecimento e motivos de saída
- Representatividade nas comunicações (Interna e Externa)
- Campanhas nas redes sociais com foco em mulheres e negros
- Programa Entry Point Training – Entrevistas às cegas e edição exclusiva para mulheres/negros
- Jobecam – Entrevistas Cegas (Innovation Hub – Ranking TOP 10 Open Startups – Categoria Inteligência Artificial)
- Canal de Ética (Para que os funcionários denunciem qualquer coisa que não esteja em conformidade com nosso Código de Conduta)

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Livro Diversidade e Inclusão
- Comunidade interna de D&I
- Roar Affinity Group (Black People, Women in Tech, LGBTQIA+)
- Campanhas em Datas Importantes, como dia internacional do orgulho lgbtqia+, dia da mulher, orgulho nacional lgbtqia+, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. eu
- Lives sobre Temas de Diversidade para fortalecer nossa cultura
- Nossas plataformas aceitam os nomes sociais e os funcionários podem escolher com quais pronomes de gênero querem ser chamados.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Na BRQ incentivamos projetos que promovem a agenda ESG e desenvolvimento sustentável que, assim como nós, transformam o mundo com tecnologia!

A Alta Direção da Companhia trata com muita responsabilidade o tema sobre sustentabilidade incentivando a cultura de desperdício zero, reciclagem e uso sustentável dos recursos.

Nosso ramo de atividade tem como matéria prima principal a capacidade de produção intelectual de nossos colaboradores para o desenvolvimento de softwares e aplicações e por consequente geramos pouquíssimas emissões de GEE. Desde 03/2020 mais de 95% dos profissionais trabalham na modalidade homeoffice proporcionando grande redução na emissão de gase poluentes

Estamos sempre realizando campanhas para o uso sustentável dos recursos disponíveis promovendo o equilíbrio das relações e com a natureza. Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável de orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta, abordando tópicos como:

- Utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos;
- Utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água;
- Aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos;
- Prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável;
- Manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO).
- Melhoria contínua do desempenho Ambiental.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 12	4	8	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 12	0	12	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Nos termos do Estatuto Social vigente, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, detalhados abaixo.

Conforme artigo 25º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela companhia, e quaisquer outros atos;
- (iv) Estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Convocar a Assembleia Geral;
- (vi) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) Autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente, bem como a prestação de garantias a terceiros;
- (ix) Autorizar a Diretoria a decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros que a Companhia pretende investir, cujo valor não exceda R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- (x) Decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xi) Deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive ações ou bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;
- (xii) Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xiii) Aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xiv) Aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 100.000,00

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (cem mil reais) por mês;
- (xv) Definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, na forma estabelecida neste Estatuto Social;
 - (xvi) Aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
 - (xvii) Fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
 - (xviii) Estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
 - (xix) Decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, independentemente do valor envolvido;
 - (xx) Decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas Afiliadas;
 - (xxi) Decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, em favor de qualquer Acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou de qualquer Afiliada de tais administradores, Acionistas ou empregados;
 - (xxii) Decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades;
 - (xxiii) Decidir sobre qualquer associação da COMPANHIA com outra sociedade;
 - (xxiv) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato (exceto os contratos comerciais celebrados no curso normal dos negócios da COMPANHIA), cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - (xxv) Decidir sobre qualquer aluguel, alienação, transferência ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da COMPANHIA, excetuadas aquelas operações expressamente autorizadas pelo plano de negócios ou orçamento anual da COMPANHIA;
 - (xxvi) Decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou que possa ter impacto negativo nos Negócios da COMPANHIA ou em seu relacionamento com clientes ou autoridades governamentais e,

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xxvii) Decidir sobre a instalação de agências, sucursais filiais ou escritórios da Companhia no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

Não há uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Com o objetivo de expressar seu compromisso com o gerenciamento ético, a BRQ desenvolveu um canal de comunicação confidencial que possibilita o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à companhia que pode ser acessado anonimamente ou não.

Qualquer acontecimento que não seja compatível com nosso Código de Conduta deve ser comunicado na nossa Linha de Ética, canal para recebimento de denúncias e relatos que se encontra disponível em nosso site através do link: <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

Todas as informações recebidas pelo canal são direcionadas automaticamente aos membros integrantes do Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável por avaliar a veracidade da ocorrência e conduzir todo o processo com absoluto sigilo. O Comitê constitui órgão de caráter estritamente consultivo, subordinado ao Comitê de Auditoria e Riscos, criado com a finalidade de assessorá-lo.

A BRQ garante expressamente ausência de retaliação contra a pessoa que, de boa-fé, denunciar ou manifestar suspeita, dúvida ou preocupação relativas a possíveis violações a esta Política, deste modo, não serão admitidos atos de retaliação como ameaças, má avaliação, aplicação de penalidades, rescisão contratual de trabalho entre outros.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: ANDREA RIBEIRO QUADROS **CPF:** 839.196.357-87 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 24/09/1965

Experiência Profissional: Formada em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula, com curso de extensão em Programação de Sistemas pela PUC-RJ, Pós Graduação em Análise de Sistemas também pela PUC-RJ e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School. Iniciou suas atividades na Companhia no ano de 1995 exercendo a função de Diretora. Atualmente exerce a função de Membro Titular do Conselho de Administração. Das empresas em que a Sra. Andrea Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		01/05/2023	Sim	29/04/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES **CPF:** 994.033.157-68 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/10/1967

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice-Presidente da BRQ, além de ser Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2020. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: BRQ LABs – Programa de Inovação da BRQ, Serviços de Cloud, Serviços SAAS de SWs proprietários da BRQ e parcerias externas. Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/04/2023	11/05/2026	Diretor de Relações com Investidores		01/05/2023	Sim	03/05/2021
Conselho de Administração	16/11/2023	01/05/2025	Vice Presidente Cons. de Administração		16/11/2023	Sim	29/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: BENJAMIN RIBEIRO QUADROS **CPF:** 916.346.607-49 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/12/1967

Experiência Profissional: Formado pela Havard Bussines School – OPM – Owner President Management Program (2008 à 2010) e em Ciências da Computação - pela Universidade Federal Fluminense (1984 à 1986), iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em empresas como Exxon e IBM. Aos 24 anos fundou a BRQ e hoje, aos 53 anos, é presidente da Companhia e investidor em várias empresas iniciantes. Exerce a função de Vice-Presidente da BRASSCOM e é Conselheiro da Angels of Brazil da Harvard Business School,, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia.Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor.O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/11/2023	01/05/2025	Presidente do Conselho de Administração		16/11/2023	Sim	06/06/2008
Diretoria	15/12/2023	11/05/2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		15/12/2023	Sim	23/06/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL LUIZ GLEIZER **CPF:** 628.724.277-91 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/02/1960

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, obteve o seu MA em economia pela University of Illinois – Urbana Champaign - em 1985 e seu PhD em Economia pela University of California – Berkeley, em 1990. Obteve o certificado do curso de Risk Management in Banking no Insead, 2002 e do curso de Investment Decisions and Behavioral Finance, Harvard University, 2016. Com 30 anos de experiência profissional, dirigiu diversas instituições financeiras, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Iniciou sua carreira como Economista no Fundo Monetário Internacional em 1991, onde permaneceu por 5 anos. Posteriormente foi convidado a atuar como economista no Banco de Investimento Garantia, onde tornou-se Economista Chefe. Posteriormente, no Banco Credit Suisse Garantia foi promovido a Managing Director responsável pela a área de pesquisa macroeconômicas para a America Latina (exceto México), antes de ser convidado para a compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. No Banco Central foi Diretor da Área Internacional, de 1999 a 2002. Foi Diretor de Global Markets no Deutsche Bank, Vice Presidente do Unibanco e, posteriormente do Banco Itaú-Unibanco, onde liderou as áreas de Gestão de Risco e, posteriormente, as Tesourarias destas instituições. Foi Chief Investment Officer da BW Gestão de Investimentos Ltda. onde definia e implementava estratégias de investimentos nos diversos segmentos dos mercados financeiro nacional e internacional, além de participar de seus comitês de Investimentos, de Riscos e de Compliance. Foi também Diretor da ANDIMA (2007-2008), Membro do Foreign Exchange Committee do Federal Reserve Bank of New York (2012-2015) e membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA (2014-2015). Foi Visiting Scholar na Columbia University nos anos 2019 e 2020. É membro fundador do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e membro do Advisory Committe do Bretton Woods Committee. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Daniel Luiz Gleizer atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2023	01/05/2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2023	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JOSE ANTONIO AFONSO PIRES **CPF:** 164.971.388-62 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 10/09/1974

Experiência Profissional: Formado na Executive Program Leading Professional Service Firms (#LPSF) da Harvard Business School #HBS , o Programa Internacional de Negócios da School of Business Administration da University of Miami e o Innovation Program da University of California. Atuo na operação de projetos de tecnologia, transformação digital e relacionamento comercial para os maiores bancos, seguradoras e corretoras do setor financeiro, liderando uma equipe de aproximadamente 1000 profissionais altamente capacitados atuando em todo o Brasil. Esses times estão organizados em squads com gestão lean baseada em indicadores de eficiência e eficácia, garantindo o resultado dos negócios de seus clientes. Com grande experiência no mercado de tecnologia e transformação digital todos esses anos, desenvolvi expertise no desenvolvimento de soluções digitais para os segmentos Financeiro e de Seguros, baseados em tecnologias e ferramentas de inovação como Inteligência Artificial, Big Data, Design Thinking e Gerenciamento Lean e Ágil. Construí e consolidei minha carreira na BRQ, onde entrei em 1994 como estagiário e permaneço até hoje. Das empresas em que o Sr. José Antonio Afonso Pires atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Antonio Afonso Pires declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2023	11/05/2026	Outros Diretores	Diretor Estatutário	12/05/2023	Sim	29/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LUIZ ALVES PAES DE BARROS **CPF:** 272.014.578-53 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 22/09/1947

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo USP (Turma 1971) É sócio fundador e CIO da Alaska Investimentos, participo da empresa do terceiro setor Associação Barreiros em Ilhabela, além de membro de diversos Conselhos de Administração em companhias de capital aberto (Alfa Holding S.A., Consórcio Alfa de Administração S.A, Financeira Alfa S.A. e do Banco Alfa de Investimentos S.A., General Waters SA e da Alisnce Sonae Shopping Center). Mais de 50 anos de experiência no mercado financeiro e um dos maiores e mais renomados investidores no mercado de renda variável brasileiro. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Luiz Alves Paes de Barros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/04/2023	01/05/2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2023	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MONICA ANDREA JAMBEIRO PEDREIRA **CPF:** 960.255.815-68 **Profissão:** CFO **Data de Nascimento:** 13/02/1979

Experiência Profissional: Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora. Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos. Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura. Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/12/2023	11/05/2026	Outros Diretores	Diretora Financeira Estatutária	15/12/2023	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA **CPF:** 013.924.297-06 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 25/04/1968

Experiência Profissional: Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executives pela Harvard Business School e Columbia Senior Executive Program pela Columbia University. Em 1993 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária responsável pela área financeira e legal. Das empresas em que a Sra. Mônica de Araujo Pereira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/05/2023	11/05/2026	Outros Diretores	Diretora Estatutária	12/05/2023	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA **CPF:** 425.005.407-15 **Profissão:** Doutora em Sociologia **Data de Nascimento:** 17/01/1958

Experiência Profissional: Brasileira, Doutora em Sociologia (1997), mestre em Ciência Política (1989), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ - atual IESP), e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980). Ministra de Estado da Saúde - em 22 de dezembro de 2022, foi anunciada, pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar o cargo de ministra da Saúde, a partir de 1 de janeiro de 2023. Será também, desta forma, a primeira mulher a ocupar o cargo na história do Ministério. Presidente da Fiocruz desde 2017 - Primeira mulher a comandar a Fundação Oswaldo Cruz em 120 anos de história da instituição, assumiu a direção da instituição em 4 de janeiro de 2017, tendo sido a mais votada na eleição interna. Durante seu mandato, esteve comprometida com a expansão do papel da Fiocruz na comunidade global de saúde. Diretora da Casa de Oswaldo Cruz - unidade da Fiocruz voltada para pesquisa e memória em ciências sociais, história e saúde, entre 1998 e 2005. Participou da elaboração do Museu da Vida, museu de ciência da Fiocruz. Atuou na implementação da Rede SciELO Livros. Foi vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. Foi presidente do Conselho de Administração do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (2017-2022), empresa privada sem fins lucrativos voltada a produção de soluções biotecnológicas para a melhoria das condições de saúde e bem-estar social. Em setembro de 2021 tornou-se membro independente do Conselho da Coalizão de Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e membro-fundadora do Conselho Global sobre desigualdades, HIV e pandemias / Unids (2023). É autora de dezenas de artigos, livros e capítulos com reflexões sobre os dilemas da sociedade nacional, sobretudo as cisões entre os "Brasis urbano e rural, moderno e atrasado". Toda a atuação de Nísia Trindade Lima como gestora e intelectual está baseada na promoção do valor social da ciência no Brasil e na realização de ações que aproximem a ciência da sociedade. Em 11/2023 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que a Sra. Nísia Trindade Lima atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Nísia Trindade Lima declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Nísia Trindade Lima declara que é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/11/2023	01/05/2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		16/11/2023	Sim	16/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RODRIGO FRIZZI SOUSA **CPF:** 266.581.018-25 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 30/09/1977

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA. Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time. Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital. Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/02/2024	11/05/2026	Diretor Presidente / Superintendente		01/02/2024	Sim	03/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: PRISCILA RUSCH DALTRO CAMBRA **CPF:** 797.251.555-72 **Profissão:** Advogada e Contadora **Data de Nascimento:** 21/04/1980

Experiência Profissional:

Pós Graduada em Gestão Tributária pela Universidade Federal da Bahia , Salvador - BA (2008 / 2009), Certified Financial Planner - CFP - Rice University, Houston, TX-USA - 2006, Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador-2017 (OAB-56.912), Ciências Contábeis - Faculdade Jorge Amado, Salvador/BA- 2005 (CRC-BA 027021/0-8) e Administração de Empresas - UNIFACS, Salvador/BA- 2002. Possui experiência na revisão, aprovação e acompanhamento de Balanço Patrimonial, planejamento estratégico, gestão prudente dos investimentos e da exposição ao risco; monitoramento dos trabalhos de auditoria, discussão sobre assuntos contábeis relevantes e acompanhamento dos pontos levantados na carta de recomendação. Atuando na BRQ Soluções em Informática Como Gerente Executivo desde 2022. Das empresas em que a Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	11/05/2023	1 ano			11/05/2023	Sim	09/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: ROBERTO STROHSCHOEN DE LACERDA **CPF:** 596.297.467-00 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/08/1958

Experiência Profissional:

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios. É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento. Das empresas em que o Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Outros	11/05/2023	1 ano		Coordenador	11/05/2023	Sim	14/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: VINICIUS PRODOCIMO **CPF:** 942.401.599-20 **Profissão:** Gerente Executivo **Data de Nascimento:** 20/06/1975

Experiência Profissional:

Gerente Executivo de Projetos com vasta experiência em projetos de desenvolvimento de software. Possui grande experiência no gerenciamento de projetos de grande porte nas verticais: finanças, governo e telecomunicações e serviços em geral. Habilidade de estruturar áreas de Pre-Sale, Delivery, Quality Assurance, Project Support Office (PSO) e Project Management Office (PMO). Conhecimento de métodos ágeis como Agile Scrum e Support Kanban. Conhecimento amplo e profundo das técnicas e metodologias de gestão de projetos baseadas nos modelos PMBook (PMI) e UP (Unified Process) bem como nos processos RUP (Rational Unified Process) incluindo a atuação como PMO (Project Management Office). Já participei de diversos projetos utilizando metodologias cascata (waterfall) , iterativa (RUP) e ágil (Scrum). Amplo conhecimento dos modelos maturidade de processo como MPS.BR e CMMI bem como de técnicas de estimativas de esforço como Use Case Point (UCP) e Function Point Analysis (FPA). Experiência em coaching e mentoring de colaboradores nas áreas de gestão de projetos. Dentre as minhas características pessoais posso destacar que sou uma pessoa com alto nível de liderança, extremamente focada em resultados, pró-ativa, criativa, comunicativa e com espírito de cooperação. Meu desenvolvimento profissional foi construído em capacidades para análise crítica, o planejamento, a valorização das decisões estruturadas, resolução de conflitos e negociação. Tenho a habilidade de tomar decisões de maneira pragmática e objetiva, através de uma abordagem lógica e justa, mesmo em situações de baixo nível de certeza e/ou previsibilidade. Capacidade de visão holística. Tenho experiência em planejamento estratégico e medição de desempenho como BSC (Balanced Scorecard) , EVM (Earned Value Management) e OKR (Objective Key Results). Das empresas em que o Sr. Vinicius Prodocimo atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Vinicius Prodocimo declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Vinicius Prodocimo declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Vinicius Prodocimo declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	11/05/2023	1 ano			11/05/2023	Sim	11/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Administrador do emissor ou controlada				
BENJAMIN RIBEIRO QUADROS	916.346.607-49	BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.	36.542.025/0001-64	
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
ANDREA RIBEIRO QUADROS	839.196.357-87	BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.	36.542.025/0001-64	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro Titular do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com cobertura para: (i) responsabilização por danos causados a Terceiros, em consequência de atos (ilícitos) culposos praticados pelos administradores no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora.

A apólice de seguro contratada junto à empresa Zurick Seguros S/A possui vigência de 1 de outubro de 2022 a 1 de outubro de 2023 e o limite líquido de indenização é de R\$ 30.000 milhões, com pagamento de prêmio no montante de R\$ 56 mil.

A Companhia informa, ainda, que não possui previsão estatutária sobre a indenidade e nem contratos firmados com seus administradores ou ex-administradores visando mantê-los indenidos de eventuais prejuízos decorrentes de atos realizados por força do exercício de suas funções na Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 12 (doze) meses, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Resumo das Matérias	Data	Quórum de Instalação
AGE	(i) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Livetouch Tecnologia Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A.; (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Livetouch; (iii) Aprovar Laudo de Avaliação da Livetouch, cuja cópia segue anexa ao Protocolo e Justificação da Livetouch; (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da Livetouch pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.	05.01.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de quotas da TOP Information Serviços Digitais Ltda., representativas de 100% do capital social da TOP, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 11.11.2021; (ii) Ratificar a contratação da Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. como empresa especializada para avaliar a TOP; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do contrato referente à aquisição da TOP, e a realização do fechamento.	31.01.2022	
AGE	(i) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da BMSIX Soluções em Informática Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A.; (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Livetouch; (iii) Aprovar Laudo de Avaliação da Livetouch, cuja cópia segue	31.03.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

7.8 Outras informações relevantes

	anexa ao Protocolo e Justificação da BMSIX; (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da Livetouch pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.		
AGE	(i) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de quotas da QDOIS Consultoria Ltda., representativas de 100% do capital social da QDOIS, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 23.02.2022; (ii) Ratificar a contratação da Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. como empresa especializada para avaliar a TOP; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do contrato referente à aquisição da TOP, e a realização do fechamento.	07.04.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGO/E	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2022.	27.04.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, o Protocolo e Justificação de Incorporação da QDOIS Consultoria Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A., (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da QDOIS; (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação da QDOIS, (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da QDOIS pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.	02.01.2023	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, o Protocolo e Justificação de Incorporação da TOP Information Serviços Digitais Ltda. pela BRQ Soluções em	02.01.2023	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da

7.8 Outras informações relevantes

	Informática S.A., (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da TOP; (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação da TOP, (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da TOP pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.		Companhia
--	---	--	-----------

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. A Política possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;

8.1 Política ou prática de remuneração

- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas

8.1 Política ou prática de remuneração

as metas estabelecidas no acordo de PLR; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do seu negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Três dos Diretores Estatutários da Companhia foram beneficiários do Primeiro Plano de Remuneração em Ações ("1º Plano"), tendo recebido outorgas quando não eram diretores estatutários. O plano foi criado com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre Executivos e acionistas no longo prazo.

Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 18 de dezembro de 2020, o Segundo Plano de Remuneração em Ações ("2º Plano"), aditado pela Assembleia Geral realizada em 13 de agosto de 2021.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras estratégias e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR, uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

No curto prazo, a política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos. No médio e longo prazo, a remuneração baseada em ações (plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Conselho de Administração	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,00%

Diretoria	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração Fixa	55,00%	56,60%	66,29%
Remuneração Variável	15,00%	13,93%	18,16%
Benefícios	30,00%	29,47%	15,55%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7		13,00
Nº de membros remunerados	2	7		9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	966.020,64	6.303.989,04		7.270.009,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.753.479,40		1.753.479,40
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	966.020,64	8.057.468,44		9.023.489,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6		13,00
Nº de membros remunerados	4	6		10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	911.942,39	5.755.884,36		6.667.826,75
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	911.942,39	8.922.522,60		9.834.464,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6		13,00
Nº de membros remunerados	4	6		10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	689.862,00	3.715.735,70		4.405.597,70
Benefícios direto e indireto	0,00	918.682,23		918.682,23
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.435.809,00		1.435.809,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		Quatro dos diretores relacionados tiveram seu mandato iniciado em 03.05.2021.		
Total da remuneração	689.862,00	6.070.226,93		6.760.088,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2		8,00
Nº de membros remunerados	2	2		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6	7		13,00
N° de membros remunerados	2	7		9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7	6		13,00
N° de membros remunerados	4	6		10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	992.791,69		992.791,69

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6,00
N° de membros remunerados		6		6,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.435.809,00		1.435.809,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1.435.809,00		1.435.809,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02 de setembro de 2011, elegível única e exclusivamente aos diretores não estatutários da Companhia, o qual teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, neste novo modelo são beneficiários do Plano os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia e subsidiárias, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. Termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicou, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que foram devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Compete ainda ao Conselho de Administração definir os colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- a. o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- b. a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- c. o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- d. o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- e. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

O objetivo do 2º Plano consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

b. Data de aprovação e órgão responsável

AGE realizada em 18 de dezembro de 2020 - Órgão Responsável: Conselho de Administração

c. Número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) opções de compra de Ações. A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação.

e. Condições de aquisição de ações

O preço de outorga da opção será determinado pela aplicação da seguinte fórmula de precificação:

PREÇO DA OPÇÃO:

$PO = 5\%$ do Patrimônio Líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia.

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

("IPO"), independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum Evento de Liquidez, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo beneficiário corrigido pelo IPC-A.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE: $EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

g. Critério para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

h. Forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100,00% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito do 2º Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

i. Restrições à transferência das ações

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito do 2º Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos no referido IPO e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato. Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

“**Plano 1**” - Não há remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

“**Plano 2**” - A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para o exercício social corrente, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
a. órgão	Diretoria Estatutária			
b. número total de membros	6,00	6,00	6,00	2,00
c. número de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	-
d. data de outorga	-	-	09.2021	-
e. quantidade de opções outorgadas	-	-	924.016	-
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	Evento liquidez (IPO ou venda de controle)	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	-	5 anos	-
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	N/A	-
i. valor justo das opções na data de cada outorga;	-	-	1º lote R\$ 1,20 2º lote R\$ 1,01 3º lote R\$ 0,85	-
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-	-

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. Os membros do conselho de administração e a diretoria estatutária da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. número de ações

e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. Não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. Não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		7,00	
N° de membros remunerados		3,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		6,00	
N° de membros remunerados		3,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		6,00	
N° de membros remunerados		3,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		2,00	
N° de membros remunerados		0,00	
N° de ações		0	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Barone-Adesi e Whaley”, uma variante do modelo “Black & Scholes”, que permite a precificação do tipo americano, no qual o detentor poderá exercê-la a qualquer momento até o limite do prazo de expiração da opção. O modelo estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** Como a Companhia não possuía ações negociadas até a data de avaliação do plano de stock options, foi realizado pela Administração uma estimativa de valor justo considerando a metodologia denominada de fluxo de caixa descontado. O valor da ação estimado foi de R\$ 7,92.
- ✓ **Preço de exercício:** 1º lote – R\$ 3,53; 2º lote – R\$ 4,68; 3º lote – R\$ 5,64
- ✓ **Volatilidade esperada:** Foi utilizado uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano com taxa média de 31,8%.
- ✓ **Prazo de vida da opção:** consideramos um prazo de vida de 5 anos a partir da data do evento de liquidez (Oferta pública de ações ou venda de controle), conforme disposto no Plano de Opções.
- ✓ **Dividendos esperados:** O dividendo yield foi considerando uma distribuição mínima de 25% dos lucros em forma dividendos dos resultados de 2021 e 2020. A taxa de dividendos obtida foi de 1,00204% ao ano.
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado como proxy para a taxa livre de risco as taxas de referência para ajustes de contratos de Swap DI x Pré. A taxa média utilizada foi de 9,60% e 9,53%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, foi mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante um modelo de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência de cada tranche das opções.

8.12 Precificação das ações/opções

O modelo utilizado “Barone-Adesi e Whaley” sugere uma fórmula na qual a equação diferencial estocástica é dividida em dois componentes: o valor da opção europeia e o prêmio de exercício antecipado. Esta solução envolve encontrar o valor crítico de forma que se fique indiferente entre o exercício antecipado e a manutenção até o vencimento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles já descritos.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	12.2021	12.2022
Conselho de Administração	BRQ Soluções em Informática S.A.	98.326.061	86.451.073
Diretoria Estatutária	BRQ Soluções em Informática S.A.	1.689.078	13.564.066
Conselho Fiscal	BRQ Soluções em Informática S.A.	-	-

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	6	6	2	7	7	6
Nº de membros remunerados	6	6	2	4	4	2
Valor da maior remuneraçãoReal	1.032.221,91	960.654,90	911.000,00	227.985,60	206.958,60	198.008,64
Valor da menor remuneraçãoReal	691.123,42	606.443,04	704.000,00	227.985,00	206.958,60	198.008,64
Valor médio da remuneraçãoReal	861.672,67	724.984,20	807.500,00	227.985,01	206.958,60	198.008,64

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores, ressalvado pela apólice de seguro D&O referida neste FRE.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

EXERCÍCIO 2020			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2022			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
25/03/2021	01/01/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das empresas da BRQ para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Relatório de revisão trimestral para a BRQ para os períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2022 será de R\$ 452.209,80 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e nove reais e oitenta centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia tem como política não contratar, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa, para preservar sua independência e não gerar conflito de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	96	185	0	0	0
Não-liderança	743	2124	0	0	0
TOTAL = 3.148	839	2309	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	9	228	5	37	1	1	0
Não-liderança	96	1875	214	651	7	24	0
TOTAL = 3.148	105	2103	219	688	8	25	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	13	214	54
Não-liderança	1046	1498	323
TOTAL = 3.148	1059	1712	377

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	5	1	240	32	3
Não-liderança	15	222	83	2251	292	4
TOTAL = 3.148	15	227	84	2491	324	7

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	1	14	0	0	0
Nordeste	49	178	0	0	0
Centro-Oeste	12	72	0	0	0
Sudeste	702	1789	0	0	0
Sul	73	251	0	0	0
Exterior	2	5	0	0	0
TOTAL = 3.148	839	2309	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	5	2	8	0	0	0
Nordeste	3	88	34	101	1	0	0
Centro-Oeste	1	45	5	32	0	1	0
Sudeste	96	1687	172	507	7	22	0
Sul	5	272	6	39	0	2	0
Exterior	0	6	0	1	0	0	0
TOTAL = 3.148	105	2103	219	688	8	25	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	7	8	0
Nordeste	99	122	6
Centro-Oeste	44	39	1
Sudeste	793	1345	353
Sul	114	193	17
Exterior	2	5	0
TOTAL = 3.148	1059	1712	377

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Base 12/2022
Número de Empregados	07

Os terceirizados prestam serviços de limpeza e manutenção. Todos os terceirizados da Companhia desempenham suas atividades em território nacional (SP/RJ).

c. índice de rotatividade

	Base 12/2022
Rotatividade	44,57%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve nenhuma alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Os cargos da Companhia para fins de salário e remuneração estão classificados em diretores estatutários, diretores não estatutários, executivos e demais colaboradores. Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado.

Os executivos (diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes) fazem jus ao recebimento de uma remuneração fixa, seja salarial ou pró-labore e incentivo de curto prazo (remuneração variável), seja a título de prêmio ou PLR (Participação nos Lucros e resultados), vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas. Além disso, os executivos recebem incentivos de longo prazo, nas modalidades opções de compra de ações (descritas abaixo).

Os demais profissionais e colaboradores da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa que é estabelecida de maneira a manter a Companhia atrativa aos profissionais no mercado, sendo regularmente revista, tanto para nivelar com valores praticados no mercado, como também para ajustar as reposições solicitadas pelos Sindicatos e/ou pelo Governo. A parte de remuneração variável consiste no Programa de participação nos lucros, determinado e aprovado anualmente através de comissão paritária formada pelos próprios empregados. A remuneração é vinculada ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do negócio.

b. política de benefícios

A Companhia entende que cada profissional possui necessidade de benefícios própria. Para atender a esta demanda individual, a Companhia oferece a seus Profissionais Pacote de Benefícios Flexíveis.

Na data da contratação, cada profissional recebe um Pacote de Benefícios pré-definido. Ao profissional é dado o direito de alterar o pacote pré-definido conforme suas necessidades, limitado ao teto de valor de sua categoria e as regras da Convenção Coletiva de Trabalho.

O Pacote de Benefícios pré-definido, garante a todo profissional da Companhia: Plano de Saúde, Seguro de Vida e Auxílio Refeição. Os valores variam conforme o nível da carreira dos cargos e podem ser e revistos uma vez por ano em data pré-determinada pela Companhia. Além destes benefícios, são também oferecidos aos profissionais: Plano Odontológico, Auxílio Alimentação e Previdência Privada e a possibilidade de inclusão de dependentes no Plano de Saúde e Odontológico.

A flexibilidade na escolha dos benefícios é um dos itens que gera maior satisfação entre os Profissionais da Companhia.

Deste modo, a Administração entende que possui um pacote de benefícios em linha com as práticas de mercado, visando conferir aos colaboradores uma compensação total líquida adequada a um custo total moderado para a Companhia.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

1º Plano: A Companhia selecionou diretores não estatutários Companhia e subsidiárias, em posições-chaves para participar do sucesso e crescimento da Companhia nas mesmas condições dos sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da Companhia. Este primeiro plano foi aprovado em 02 de setembro de 2011 com retificações realizadas em 13 de julho de 2012, 29 de abril de 2015 e 18 de abril de 2019.

2º Plano: A Companhia selecionou colaboradores, diretores estatutários e não estatutários, e empregados da Companhia e subsidiárias, que estão em posições-chaves para participar do sucesso e crescimento da BRQ nas mesmas condições dos seus sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da BRQ. A Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2020 um novo plano de outorga de opção de compra de ações, posteriormente aditado em 13 de agosto de 2021. A outorga das opções de compra de ações se fez mediante formalização de contrato de opção de compra de ações e pagamento de prêmio pelo beneficiário, cujo valor será de 5% do patrimônio líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia. A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, aqueles que terão direito à outorga da opção mediante a formalização de contrato de opção de compra de ações.

ii. condições para exercício

1º Plano: Para se tornar participante, o colaborador elegível deve ser formalmente indicado pelo Conselho de Administração ou, se existente, pelo Comitê, nos termos definidos neste plano. Adicionalmente, como condição essencial para que a sua indicação seja considerada como válida e vinculante, o colaborador elegível indicado como participante deverá assinar o contrato de opção, caso assim deseje, aderindo voluntária e expressamente ao presente plano e declarando-se ciente e de acordo com todos os termos e condições do plano. O Plano teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressaltadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE. O Preço de Subscrição das ações foi definido pelo Conselho de Administração, observado o montante mínimo correspondente a 80,00% (oitenta por cento) do Valor Patrimonial da Ação verificado no último dia do exercício social imediatamente anterior ao da data da celebração do Contrato de Opção, corrigido pelo IPC-A do último dia do exercício social imediatamente anterior ao da celebração do Contrato de Opção até a data do Exercício da Opção de Compra. No caso de extinção do IPC-A, o Conselho de Administração elegerá outro índice que venha a substituí-lo e que reflita a real inflação do período.

2º Plano: A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicou, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que foram devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações. Compete ainda ao Conselho de Administração definir os colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano. Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano: a). o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção; b). a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão; c). o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio); d). o Preço de Exercício das Opções de Compra; e e). quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

iii. preços de exercício

1º Plano: Através do programa de Stock Options, os participantes do programa têm a opção de comprar ações da Companhia, ao preço do valor patrimonial atual com desconto de 20%, sendo:

Preço de exercício:

- setembro/2011 - R\$ 0,36
- setembro/2012 - R\$ 0,38
- setembro/2013 - R\$ 0,41
- setembro/2014 - R\$ 0,42
- novembro/2018 - R\$ 0,43

O preço é fixado por até 8 anos e a correção é feita pelo IPC-A.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas.

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

2º Plano: O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE:
 $EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

iv. prazos de exercício

1º Plano: A distribuição teve início no ano de 2011, sendo aplicado o período de carência (vesting período) para exercício das opções (compra das ações) conforme segue:

- 2 anos para compra de até 30,00%
- 3 anos para compra de até 60,00%
- 4 anos para compra de até 100,00%

Após as respectivas carências, as opções serão exercíveis até o prazo máximo de 8 (oito) anos a contar da data da outorga.

Em 2019, houve mudanças no Plano em relação ao prazo e maturidade das opções, onde as opções de compra outorgadas poderão ser exercidas imediatamente após assinatura do contrato de opção, sendo estas consideradas opções maduras.

2º Plano: O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

lotes, seguindo a seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

1º Plano: O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Periodo de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	<u>9.380.862</u>				

2º Plano: As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil é de 10,91.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia cumpre as diretrizes determinadas pelas Convenções Coletivas de Trabalho de cada Estado e a Reforma Trabalhista são fielmente seguidas pela Companhia.

Os colaboradores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (“SINDPD-SP”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços, Públicos e Privados, de Informática e Internet, e Similares, do Estado do Rio de Janeiro (“SINDPD-RJ”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana (“SITEPD”) e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco.

Não houve a ocorrência de paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas** que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da **BRQ Soluções em Informática S.A.** (Companhia) e de seus acionistas.

O objetivo da Política é:

- (i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e
- (ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

A Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, Estatuto Social e ao Código de Conduta da Companhia.

RESPONSABILIDADES E ABRANGÊNCIA

Público-Alvo:

Esta política aplica-se a todas as áreas da BRQ Soluções em Informática S.A. e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário.

Administradores, Acionistas Controladores e outros Membros da Companhia:

Observar e zelar pelo cumprimento da presente Política e, quando assim se fizer necessário, acionar a área Jurídica e/ou o Comitê de Auditoria e Riscos para consulta sobre situações que envolvam conflito com esta Política ou mediante a ocorrência de situações nela descritas, inclusive de Conflito de Interesse.

Áreas Solicitantes:

Comunicar à área Jurídica qualquer potencial Transação com Parte Relacionada. Acionar e fornecer informações, esclarecimentos e documentos necessários, conforme previsto nesta Política, para que as

11.1 Regras, políticas e práticas

Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse sejam submetidas aos órgãos de governança da Companhia e avaliadas por tais órgãos para deliberação.

Conselho de Administração:

Aprovar formalmente a Política de Transações com Partes Relacionadas e suas revisões.

Áreas responsáveis pela Gestão Financeira:

Zelar pelo cumprimento dessa política, realizando monitoramentos periódicos para averiguar a sua conformidade.

Área Jurídica:

(i) Realizar a análise jurídica dos contratos firmados; (ii) cumprir as diretrizes estabelecidas nesta Política, (iii) mantê-la atualizada de forma a garantir que quaisquer alterações no direcionamento da Companhia sejam incorporadas à mesma e esclarecer dúvidas relativas ao seu conteúdo e a sua aplicação, bem como avaliar a necessidade de sua atualização em razão de alterações nas normas aplicáveis à Companhia e/ou suas Controladas (iv) comunicar ao Comitê de Auditoria e Riscos sobre a existência da Transação com Partes Relacionadas informada pela Área Solicitante (v) manifestar-se sobre aspectos legais com relação ao enquadramento das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse (vi) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse estejam claramente refletidas no Formulário de Referência, na forma da legislação e regulamentação vigentes.

Comitê de Auditoria e Riscos:

(i) Manifestar-se, após a manifestação da área Jurídica, sobre as Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse; (ii) solicitar, se necessário, à Área Solicitante a apresentação de informações, esclarecimentos e documentos adicionais para que possa se manifestar acerca da Transação com Parte Relacionada; (iii) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e manifestar-se, acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização; (iv) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e emitir recomendação sobre as propostas de alterações no conteúdo desta Política e propor aprimoramentos às suas regras; (v) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse: (a) sejam formalizadas e documentadas, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de resilição, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas que poderiam ser contratadas com partes independentes (condições equânimes de mercado); e (b) sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; (vi) Monitorar a gestão dos Diretores e

11.1 Regras, políticas e práticas

outros Membros, relativamente à adoção de medidas que visem a garantir que Transações com Partes Relacionadas observem o regramento específico a elas dedicado na lei societária, na regulamentação aplicável e nesta Política; (vii) identificar as Partes Relacionadas da Companhia; e (viii) classificar de operações como Transações com Partes Relacionadas.

DIRETRIZES

Transações com Partes Relacionadas da Companhia serão realizadas em Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.

Quando da contratação com uma Parte Relacionada, caberá à respectiva área gestora responsável:

- (a) Documentar a contratação por escrito nos termos da Política de Contratos da Companhia;
- (b) Documentar o processo de cotação de preços e condições junto aos concorrentes de forma a evidenciar que a contratação foi realizada em Condições de Mercado, observada a Política de Compras e Financeira da Companhia, garantindo que aqueles que tenham Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessa seleção e aprovação do concorrente vencedor; e
- (c) Obter as aprovações requeridas por lei, pelo estatuto ou pelas Políticas da Companhia, garantindo que aqueles que tenha Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessas aprovações.

Transações Isentas

As Transações com Partes Relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos desta Política, por observarem ritos próprios de aprovação e reporte:

- (a) Remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, ou pelo Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) Reembolso de despesas de viagem e treinamento, de colaboradores, membros da Administração ou comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal ou terceiros, sempre que em serviço da Companhia, devidamente justificadas, razoáveis, e em linha com os procedimentos de viagem e treinamento da Companhia.

Decisões envolvendo transações entre partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses

Ao identificar uma matéria em que seja Parte Relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial Conflito de Interesses, a pessoa envolvida no processo decisório deve imediatamente manifestar essa situação ao seu gestor imediato, ao Comitê de Auditoria ou Jurídico da Companhia.

11.1 Regras, políticas e práticas

As Pessoas Chaves da Administração que estiverem em situação de Conflito de Interesses deverão fazer consignar em ata de reunião do referido órgão a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável.

Adicionalmente, a pessoa - que seja Parte Relacionada ou possa ter um potencial Conflito de Interesses - deve abster-se de votar na matéria em questão. Tal pessoa poderá participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório ou manifestar recomendação.

Caso alguma pessoa, Pessoa Chave da Administração ou não, que possa ter um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Não conformidade com as disposições desta política

A falta de manifestação voluntária sobre Conflito de Interesse é considerada uma violação desta Política, devendo ser investigada pelo Comitê de Auditoria de Riscos, que reportará sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado à pessoa que incorreu na referida violação.

Qualquer pessoa poderá reportar um evento do qual tenha conhecimento e que eventualmente possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada ou Conflito de Interesses, por meio do canal do Código de Conduta, para avaliação sobre eventual violação aos procedimentos desta Política.

Caso alguma Transação com Partes Relacionadas ou em situação de Conflito de Interesses não tiver sido submetida aos procedimentos corretos de formalização e aprovação essa transação deverá ser imediatamente informada ao Comitê de Auditoria e Riscos, que acionarão as instâncias responsáveis para deliberar pela ratificação, alteração ou pelo encerramento da transação, sempre levando em consideração os princípios dessa Política, o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Divulgação das transações com partes relacionadas

A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, em suas Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, bem como divulgação ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, em especial no Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 480/09, observando eventuais atualizações regulatórias.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma Transação com Partes Relacionadas deverá dar ciência da existência da relação, do contrato e valores corretos para a área de Controladoria a fim de que possa ser reportado corretamente.

PROCEDIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E SITUAÇÕES ENVOLVENDO CONFLITO DE INTERESSES

11.1 Regras, políticas e práticas

Operações que possam ser consideradas como Transações com Partes Relacionadas podem ser reportadas ao Jurídico da Companhia ou diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos. Além disso, o Jurídico da Companhia é responsável por analisar todos os contratos celebrados pela Companhia, inclusive no que tange à existência de Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

Assim sendo, caso a Área Jurídica da Companhia (i) identifique Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses ou (ii) receba qualquer reporte de potencial Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses, deverá reportar ao Comitê de Auditoria e Riscos, fornecendo todos os documentos e informações solicitadas e necessárias para avaliação do Comitê. A Superintendência Jurídica também informará ao Comitê seu parecer acerca da operação e de seu enquadramento enquanto Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

O Comitê de Auditoria e Riscos, por sua vez, avaliará e se manifestará acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização.

Após a recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre as Transações com Partes Relacionadas dentro de determinados critérios de valor, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, ressalvadas as hipóteses cuja aprovação seja de exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, de acordo com critérios de relevância que venham a ser definidos pela CVM em regulamentação específica.

Órgão Responsável pela Aprovação: **Conselho de Administração**

Data da Aprovação 2ª Edição: **13 de outubro de 2021**

Local Divulgação: **<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>**

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Think Internacional	31/12/2017	10.242.916,81	808.192,89	808.192,89	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços.					
Garantia e seguros	Não se aplica.					
Rescisão ou extinção	Não se aplica.					
Natureza e razão para a operação	Não há outras informações relevantes.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	25/03/2020	319.988,84	44.173,19	44.173,19	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Inspeon é controlada pela emissora, que detém 60% do seu capital social.					
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Inspeon, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a revenda de licença de uso do Software "Inspeção 360" para os clientes diretos da Companhia pela Inspeon					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, em caso de: a) Inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições previstas no Contrato, inclusive no caso de atraso no pagamento. b) Interrupção injustificada dos serviços pela Contratada, por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou alternados durante o ano; c) Por quaisquer das partes, no caso de requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte; e d) Cessão ou transferência a terceiros, por qualquer das partes do presente contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da outra parte.					
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	17/04/2020	564.541,98	25.248,61	25.248,61	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Workfacilit é controlada pela emissora, que detém 51% do seu capital social.					
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Workfacilit, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a revenda de licença de uso do Software "Atend" para os clientes diretos da Companhia, pela Workfacilit					
Garantia e seguros	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>O Contrato poderá ser rescindido em caso de:</p> <p>a) Inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições previstas no Contrato, inclusive no caso de atraso no pagamento.</p> <p>b) Interrupção injustificada dos serviços pela Contratada, por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou alternados durante o ano;</p> <p>c) Por quaisquer das partes, no caso de requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte;</p> <p>d) Cessão ou transferência a terceiros, por qualquer das partes do presente contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da outra parte.</p>					
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração					
Posição contratual do emissor	Devedor					
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	29/06/2020	5.291.775,09	2.683.693,06	2.683.693,06	Início: 16.07.2020 (até 60 meses)	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.					
Objeto contrato	Contrato OCS 150/2020 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato. O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.					
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
	O presente CONTRATO poderá ser rescindido:					
	I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;					
	II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e					
	III. por via judicial, nos termos da legislação.					
	Parágrafo Primeiro					
	Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.					
	Parágrafo Segundo					
	Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do					
	CONTRATO até a data da rescisão.					
Natureza e razão para a operação	Operação de prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. N/O

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/12/2019		56.276.516,12	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
133.186.083	0	133.186.083	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/05/2017	30/06/2017	54.848.993,30	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
130.724.698	0	130.724.698	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
09/05/2017		54.494.762,90	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
130.069.438	0	130.069.438	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/01/2017		13.153,02	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
24.913	0	24.913	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2016		54.455.593,64	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
129.996.569	0	129.996.569	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/04/2015		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
141.163.000	0	141.163.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos

b. direito de voto

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

i. condições

ii. efeitos sobre o capital social

d. direitos no reembolso de capital

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. restrições à circulação

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

k. outras características relevantes

Não se aplica a Companhia este item sobre emissores estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Data de emissão	17/03/2020
Data de vencimento	18/03/2025
Quantidade	60.000
Valor nominal global R\$	60.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	33.750.466,53
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da debênture, foi negociada uma cláusula financeira restritiva (covenant). A partir de 30 de junho de 2020, a Companhia passou a acompanhar um índice financeiro de sua capacidade de endividamento, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido em contrato, este índice não poderá ser superior a 2,5 vezes. O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela B3, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

A negociação das debêntures referidas no item 18.5 deste Formulário de Referência é realizada no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

1ª Emissão de Debêntures - Os recursos líquidos captados pela Companhia, em fevereiro de 2020, serão utilizados exclusivamente aquisição de empresas e à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos subitens relacionados ao item 12 do presente Formulário de Referência.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Benjamin Ribeiro Quadros

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores



13.1 Declaração do diretor presidente

SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
++++++
+++

DECLARAÇÃO

Á
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Benjamin Ribeiro Quadros, brasileiro, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 63.120.119-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME nº 916.346.607-49, na qualidade de **Diretor Presidente** da **BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Ipanema, nº 165, conjuntos 1.505, 1.506 e 1.507, CEP 06.472-002, inscrita no CNPJ/ME nº 36.542.025/0001-64 (“**Companhia**”), para fins do item 1 do **Formulário de Referência** da Companhia, atesta que:

- Reviu o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2023.

BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:91634660749

Assinado de forma digital por
BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:91634660749
Dados: 2023.04.13 14:07:07 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Benjamin Ribeiro Quadros
Diretor Presidente
Tel.: (11) 2526-0600
E-mail: ri@brq.com





13.2 Declaração do diretor da Relações com Investidores

SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
++++++
+++

DECLARAÇÃO

Á
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues, brasileiro, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 07.357.433-7, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME nº 994.033.157-68, na qualidade de **Diretor de Relações com Investidores** da **BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Ipanema, nº 165, conjuntos 1.505, 1.506 e 1.507, CEP 06.472-002, inscrita no CNPJ/ME nº 36.542.025/0001-64 (“**Companhia**”), para fins do item 1 do **Formulário de Referência** da Companhia, atesta que:

- Reviu o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2023.

ANTONIO EDUARDO PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768

Assinado de forma digital por ANTONIO
EDUARDO PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768
Dados: 2023.04.13 12:12:00 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 2526-0600
E-mail: ri@brq.com

